



COMPROMISSO COM A EXCELÊNCIA



**PROPOSTA DA
ADMINISTRAÇÃO**

**MANUAL DA
ASSEMBLEIA**



Taurus Armas S.A.

Companhia aberta de capital autorizado

CNPJ 92.781.335/0001-02

Manual da Assembleia / Proposta da Administração

Assembleia Geral Ordinária - 2026

A presente Proposta da Administração, que inclui o Manual da Assembleia (“Proposta” ou “Manual”), foi elaborada pela Administração da Taurus Armas S.A. (“Companhia” ou “Taurus”) com vistas a reunir informações e documentos pertinentes às matérias constantes da ordem do dia e relevantes para o exercício do direito de voto na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada no dia 29 de abril de 2026 às 14:00 horas (“AGO” ou “Assembleia”).

A Administração da Companhia informa que os documentos referidos nesta Proposta e exigidos pela Lei nº 6.404/76, conforme alterada, assim como pela Resolução CVM nº 81/22, conforme alterada, estão disponíveis a partir desta data na sede da Companhia e nos websites da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) (www.cvm.gov.br), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e de relações com investidores da Companhia (<https://ri.taurusarmas.com.br/>).

A Administração da Companhia recomenda a aprovação de todas as matérias constantes desta Proposta, que foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião iniciada em 19 de março de 2026, suspensa nesta mesma data e reaberta e encerrada em 24 de março de 2026.

Sumário

1 - Mensagem/Convite do Presidente do Conselho de Administração	4
2 – Data, local, procedimentos e prazos	5
3 – Proposta da Administração	9
Informações sobre as matérias objeto de deliberação	9
4 – Anexos	13
Anexo A	14
Modelo de procuração	14
Anexo B	16
Comentários dos Diretores sobre aspectos financeiros e patrimoniais da Companhia, nos termos do item 2 do Formulário de Referência, previsto no Anexo C da Resolução CVM 80/2022, conforme alterada.	16
Anexo C	44
Proposta de destinação do Lucro Líquido, na forma do Anexo A da Resolução CVM 81/2022	44
Anexo D	49
Informações sobre os candidatos indicados para o Conselho de Administração e Conselho Fiscal, nos termos dos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência, previsto no Anexo C da Resolução CVM 80/2022, conforme alterada	49
Anexo E	57
Informações sobre a proposta de remuneração dos membros do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal, nos termos do item 8 do Formulário de Referência, previsto no Anexo C da Resolução CVM 80/2022, conforme alterada	57

1 - Mensagem/Convite do Presidente do Conselho de Administração

Prezados Acionistas da Taurus Armas S.A.,

Temos o prazer de convidá-los para a Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada no dia 29 de abril de 2026, às 14:00 horas. Este Manual tem o objetivo de consolidar esclarecimentos sobre procedimentos e orientações de voto aos Senhores Acionistas a respeito das deliberações constantes da ordem do dia da Assembleia, nos termos do Edital de Convocação a ser publicado no Jornal do Comercio e também disponível, a partir da data de hoje, nos websites da CVM (www.cvm.gov.br), de relações com investidores da Companhia (<https://ri.taurusarmas.com.br/>) e da B3 (www.b3.com.br). Por favor, leia-o com atenção.

Dentre os anexos a este Manual, destacamos a existência de um modelo de procuração para facilitar sua participação e o exercício de seu voto na Assembleia. Lembramos, também, que existe a possibilidade de enviar seu voto previamente por meio do Boletim de Voto à Distância.

O Manual para participação na Assembleia foi elaborado em consonância com as regras da CVM, notadamente em relação à disponibilidade das informações previstas pela Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 80"), bem como pela Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81") e suas alterações.

Na Assembleia, contaremos com a presença de representantes do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria da Companhia, do presidente do Comitê de Auditoria e Riscos e dos auditores independentes, os quais poderão prestar quaisquer informações relativas aos assuntos submetidos à deliberação dos Senhores Acionistas.

Sua participação é muito importante para a Companhia, especialmente visto que participamos do Nível 2 de Governança Corporativa. Além disso, a área de Relações com Investidores está à disposição para esclarecer qualquer dúvida em relação ao material aqui apresentado e às matérias objeto da Assembleia.

Contamos com sua participação!

Obrigado por sua atenção,

Bernardo Simões Birmann

Presidente do Conselho de Administração

2 – Data, local, procedimentos e prazos

Data: 29 de abril de 2026

Horário: 14:00 horas

Local: sede social da Taurus à Avenida São Borja, 2.181 - São Leopoldo/RS (a Assembleia é presencial)

A Assembleia Geral Ordinária (“Assembleia”) será realizada de forma presencial na sede da Companhia. Essa opção foi definida em função da tradição de a Companhia sempre realizar suas assembleias presencialmente nesse local, criando, assim, uma oportunidade adicional para os acionistas conhecerem as instalações. Além disso, a administração entende que o formato presencial garante uma comunicação mais clara e direta entre os presentes, possibilitando debates mais produtivos e a tomada de decisões informadas.

Para a instalação da Assembleia, é necessária presença de, pelo menos, 1/4 (um quarto) do total de ações representativas do capital social da Companhia com direito a voto. No caso de tal quórum não ser atingido, em segunda convocação, será instalada com qualquer número de acionistas.

Os acionistas poderão participar por meio de envio de voto à distância (BVD) ou pessoalmente. Em qualquer caso, poderão ser representados por procurador.

2.1 Participação presencial

Para participar da Assembleia, nos termos do Artigo 15 do Estatuto Social da Companhia, os Senhores Acionistas ou seus procuradores legalmente constituídos deverão apresentar:

(i) Documento de identidade

Serão aceitos os seguintes documentos:

- Carteira de Identidade de Registro Geral (RG) expedida por órgão autorizado;
- Carteira de Identidade de Registro de Estrangeiro (RNE) expedida por órgão autorizado;
- Passaporte válido expedido por órgão autorizado;
- Carteira de Órgão de Classe válida como identidade civil para os fins legais, expedida por órgão autorizado (OAB, CRM, CRC, CREA); e
- Carteira nacional de habilitação com foto (CNH nova).

(ii) Comprovante de ações escriturais, expedido pela instituição financeira depositária das ações com antecedência não superior a 4 (quatro) dias contados da data da realização da Assembleia, ou, relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente.

- Os documentos deverão ser requeridos aos órgãos competentes com antecedência de 3 (três) dias úteis antes da data de entrega pretendida, que deverá estar especificada no requerimento.

(iii) Dispensa da apresentação do comprovante pelo titular de ações escriturais quando seu nome constar da relação de acionistas fornecida pela instituição financeira depositária (Art. 15, § 1º do Estatuto Social) ou pelo escriturador.

Acionista que não seja pessoa natural

Em caso de acionista que não seja pessoa natural (pessoas jurídicas ou fundos de investimento), deverão ser enviados ou apresentados documentos comprobatórios dos poderes de representação (cópia do regulamento e/ou do estatuto social ou do contrato social atualizado, conforme o caso, e do ato que investe o representante de poderes suficientes).

- No caso de pessoas jurídicas com representantes que não sejam nomeados no próprio contrato social ou com algum procedimento de nomeação por ato em separado (como no caso dos administradores de sociedades por ações nomeados pelo seu conselho de administração ou nomeados diretamente pela assembleia geral), é necessário que o acionista comprove a validade da nomeação, providenciando comprovante do arquivamento do ato no registro competente, bem como respectiva publicação (quando aplicável).
- No caso dos fundos de investimento, o representante deverá comprovar a sua qualidade de administrador e/ou gestor do fundo ou de procurador devidamente nomeado por este, na forma da regulamentação que lhe for aplicável.
- No caso dos fundos de investimento e das pessoas jurídicas estrangeiros, a documentação que comprova os poderes de representação deverá passar por processo de notariação e consularização (ou apostilamento), não sendo necessária a tradução juramentada se a língua de origem do documento for o português, o inglês ou o espanhol. Documentos redigidos em outras línguas só serão aceitos mediante apresentação de tradução juramentada para um desses três idiomas mencionados.

Representação por procuração

O acionista pode se fazer representar por procurador que exercerá seu direito de voto. Para tal é necessário apresentar instrumento de mandato de procuração outorgado nos termos do §1º do art. 126 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada.

O instrumento de procuração pode ser enviado previamente por meio eletrônico, de modo a facilitar a verificação das informações. Isso, no entanto, não anula a necessidade de apresentação do documento original no dia da Assembleia, salvo se, quando apresentado na forma digital, estiver validado pelo Sistema ICP Brasil.

Modelo de procuração

Com o propósito de facilitar a participação na Assembleia dos Acionistas que desejarem ser representados por procurador, a Administração da Companhia informa que se encontra à disposição dos Senhores acionistas, como mera cortesia e sem qualquer compromisso formal de solicitação, o modelo de procuração constante do Anexo A deste Manual, bem como advogado da Companhia, o Dr. Neandro Bagatini Lazon, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RS sob o número 84.412, inscrito no CPF sob o número 823.812.320-87, com domicílio profissional à sede da Companhia, para atuar como procurador, caso o acionista não tenha quem indicar. Não havendo necessidade, caberá aos Senhores acionistas nomear seus respectivos procuradores e observar os requisitos indicados neste item.

A Companhia ressalta que, em nenhuma hipótese e sob qualquer pretexto, os Senhores acionistas deverão considerar que tal sugestão de texto e nome de procurador configura pedido público de procuração para os fins do Artigo 50 da Resolução CVM 81, mas sim uma facilidade que a Companhia coloca à vossa disposição. A procuração para o advogado da Companhia deverá conter a orientação de voto sobre as matérias constantes da ordem do dia e ser acompanhada dos documentos necessários para comprovar os poderes de outorga, sendo certo que será exigido o reconhecimento de firma da procuração.

Envio/apresentação dos documentos

Os originais ou cópias dos documentos acima citados deverão ser entregues na sede da Companhia até o início da Assembleia. Para facilitar a participação, a Companhia recomenda que os Senhores acionistas

antecipem, preferencialmente em até 02 (dois) dias úteis da data de realização da Assembleia (até 27/04/2026, às 14:00 horas), o envio de cópia dos documentos de comprovação da qualidade de acionista e de representação acima referidos, remetendo tais documentos para o e-mail agoe@taurus.com.br, ou entregando na sede da Companhia, à Avenida São Borja, 2.181 - São Leopoldo/RS, em atenção à área de Relações com Investidores.

Por fim, esclarecemos que a apresentação antecipada de cópia simples não exclui o dever de apresentação de vias originais, exceto se a apresentação antecipada dos documentos for de cópias autenticadas por notário competente. No caso de apresentação de cópias autenticadas, a Companhia colocará as vias autenticadas entregues à disposição dos acionistas no dia seguinte à realização da Assembleia, mediante pedido por escrito entregue na sede da Companhia na mesma data de realização da Assembleia.

2.2 Participação por meio de voto à distância

Conforme previsto nos artigos 26 e seguintes da Resolução CVM 81/2022, conforme alterada, os acionistas da Companhia também poderão exercer o voto em Assembleia Geral por meio de voto a distância, usando o “Boletim de Voto à Distância” (“BVD”), que pode ser obtido nos sites de relações com investidores da Companhia (<https://ri.taurusarmas.com.br/>), da CVM (www.cvm.gov.br), e da B3 (www.b3.com.br). O BVD poderá ser enviado:

- **Diretamente à Companhia**

O Acionista que optar por enviar o BVD diretamente à Companhia, deverá imprimir, preencher, rubricar, assinar e enviar por correio para a sede a Companhia, **Av. São Borja, 2181 – CEP: 93.035-411– São Leopoldo/RS**, ou para o e-mail agoe@taurus.com.br aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores, juntamente com os documentos pessoais e comprobatórios da condição de acionista, quando aplicável, conforme relacionado no item acima “Participação presencial”.

O BVD deve ser recebido em até 4 (quatro) dias antes da assembleia (até 25/04/2026), conforme estabelecido na Resolução CVM nº 81/2022 e suas alterações. Os boletins recebidos após a data estabelecida serão desconsiderados pela Companhia.

A Companhia, por sua vez, comunicará ao acionista, em até 3 (três) dias do recebimento do BVD, se os documentos recebidos são suficientes ou não para que o voto seja considerado válido. Não serão exigidos reconhecimento de firma, notariação ou consularização (ou apostilamento). Acionistas domiciliados no exterior deverão apresentar documentos originais acompanhados de tradução juramentada.

- **Por meio do Agente de Custódia:**

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância por intermédio de seu agente de custódia deverá transmitir as suas instruções de voto a seus respectivos agentes, observadas as regras por ele determinadas, que, por sua vez, encaminharão tais manifestações de voto à Central Depositária da B3.

Para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com os seus agentes de custódia e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via Boletim de Voto à Distância (BVD), bem como os documentos e informações por eles exigidos. Segundo a Resolução CVM 81, o acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento do BVD para seus agentes de custódia em até 4 (quatro) dias antes da data de realização da Assembleia (até 25/04/2026), salvo se prazo diverso for estabelecido por seu agente de custódia. Também de acordo com a Resolução CVM 81, a Central Depositária da B3, ao receber as instruções de voto dos Acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, desconsiderará eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ.

- Por meio do Escriturador da Companhia

Essa opção destina-se, exclusivamente, aos acionistas detentores de ações depositadas na Itaú Corretora de Valores S.A., que é o escriturador da Companhia. O Itaú criou o site Assembleia Digital, sistema específico para processar o voto a distância. Para votar pelo site é necessário realizar um cadastro e possuir um certificado digital. Informações sobre o cadastro e passo a passo para emissão do certificado digital podem ser encontradas no site do Itaú, [clikando aqui](#).

No caso de dúvidas em relação ao escriturador, entrar em contato com o **Atendimento aos investidores** em dias úteis, entre 09:00h e 18:00h:

Itaú Corretora de Valores S.A.

3003.9285 (Whatsapp)

3003.9285 (Capitais e Regiões Metropolitanas)

0800.720.9285 (Demais localidades)

E-mail: atendimentoescriuracao@itau-unibanco.com.br, aos cuidados da Área de Atendimento a Acionistas

- Por meio do Depositário Central

O acionista poderá exercer seu direito de voto a distância por meio do depositário central, caso suas ações estejam depositadas nesse ambiente, observadas as regras por ele determinadas.

Para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com o depositário central e verificar os procedimentos por ele estabelecidos para emissão das instruções de voto via BVD, bem como os documentos e informações por eles exigidos.

3 – Proposta da Administração

Informações sobre as matérias objeto de deliberação

Assembleia Geral Ordinária

- (i) **Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do Relatório da Administração, Relatório dos auditores independentes, Parecer do Comitê de Auditoria e Riscos (CAR) e Parecer do Conselho Fiscal**

O Relatório da Administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhados dos pareceres dos auditores independentes, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria e Riscos (CAR), foram avaliados e aprovados pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 19/03/2026, suspensa nesta mesma data e reaberta e encerrada em 24/03/2026. Esses documentos estão disponíveis na sede da Companhia, nos websites de relações com investidores da Companhia (<https://ri.taurusarmas.com.br>), da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 (www.b3.com.br), e foram publicados em 27/03/2025 no Jornal do Comércio do Rio Grande do Sul, no formato resumido no jornal físico e completo no formato digital, que pode ser acessado [clikando aqui](#).

O **Anexo B** ao presente documento contém os comentários dos Diretores sobre aspectos financeiros e patrimoniais da Companhia, nos termos do item 2 do Formulário de Referência, previsto no Anexo C da Resolução CVM 80/2022, conforme alterada.

O Conselho de Administração propõe a aprovação das contas dos administradores e das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

- (ii) **Destinação dos resultados e distribuição de dividendos do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025**

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apurou lucro líquido de R\$ 17.673.527,20 (Dezessete milhões, seiscentos e setenta e três mil, quinhentos e vinte e sete reais e vinte centavos).

O montante total da distribuição aos acionistas proposta pela Administração, considerando dividendos obrigatórios, é de R\$ 433.108,24 (Quatrocentos e trinta e três mil, cento e oito reais e vinte e quatro centavos), equivalente a R\$ 0,0031114, igualmente por ação ordinária e preferencial, podendo esse valor ser ajustado em função de eventual variação no número de ações em circulação na data-base para fins de distribuição.

Nos termos da legislação tributária vigente (em especial a Lei nº 15.270, de 26 de novembro de 2025, que alterou, entre outros, a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995 e a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995), os dividendos ora propostos poderão estar sujeitos à incidência de imposto, a depender do perfil do acionista e da forma/cronograma de pagamento, observado o seguinte:

- (a) No caso de pessoa física residente no Brasil, o pagamento, creditamento, emprego ou entrega de lucros e dividendos por uma mesma companhia a um mesmo beneficiário, em montante superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) em um mesmo mês, fica sujeito à retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte (“IRRF”) à alíquota de 10% (dez por cento), calculada sobre o

total pago no mês, conforme regras de recálculo quando houver mais de um pagamento no período; e

- (b) No caso de pagamento/remessa ao exterior, os lucros ou dividendos pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos ficam sujeitos à incidência de IRRF à alíquota de 10% (dez por cento), ressalvadas as hipóteses legais específicas.

Recomenda-se que cada acionista avalie os potenciais impactos fiscais aplicáveis à sua situação (inclusive eventuais regras de transição/exceções previstas em lei), sendo certo que a Companhia procederá às retenções e recolhimentos que sejam exigíveis, quando aplicáveis.

Terão direito ao recebimento dos dividendos os titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia na data de 29/04/2026 e o pagamento será realizado no dia 15/06/2026.

A tabela a seguir apresenta o detalhamento da proposta de destinação do lucro líquido ora apresentada pela Administração.

Proposta da Administração para destinação do lucro líquido	R\$ (em milhares)
Lucro líquido do exercício	17.674
Destinações:	
Constituição reserva legal	(884)
Constituição reserva incentivos fiscais	(16.017)
Ajuste de avaliação patrimonial	465
Base para distribuição de dividendos	1.238
Dividendos obrigatórios (35%)	433
Dividendos obrigatórios por ação	0,003111
Reserva de lucros	805
Reserva estatutária	(805)
Lucros Acumulados	-

Informações detalhadas da proposta de destinação do Lucro Líquido na forma especificada no Anexo A da Resolução CVM 81/2022, se encontram no **Anexo C** ao presente documento.

(iii) Eleição dos membros do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é órgão de funcionamento permanente da Taurus, tendo as suas regras previstas no Capítulo V do Estatuto Social da Companhia. Referido órgão deve ser composto por no mínimo três e no máximo cinco membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, todos com mandato unificado de um ano, sendo permitida a reeleição.

A seguir, estão listados os candidatos para o Conselho Fiscal da Companhia no próximo mandato, a ser iniciado a partir da investidura no cargo dos membros a serem eleitos na presente Assembleia:

▪ **Indicados pela Administração para a recondução ao Conselho Fiscal da Companhia:**

<i>Titular</i>	<i>Suplente</i>
Alex Leite do Nascimento	Benjamin Teixeira Dourado
Haroldo Zago	Heldo Jorge dos Santos Pereira Junior
Mauro César Medeiros de Mello	Nildo Teixeira Freire

▪ **Indicado por acionista minoritário detentor de ações ordinárias (Luiz Barsi Filho):**

<i>Titular</i>	<i>Suplente</i>
Valmir Pedro Rossi	Paulo Roberto Bellentani Brandão

▪ **Indicado por acionistas detentores de ações preferenciais (Luiz Barsi Filho):**

<i>Titular</i>	<i>Suplente</i>
Luciano Luiz Barsi	Hério Paulo S. Andriola

O **Anexo D** ao presente documento contém as informações sobre os candidatos para o Conselho Fiscal, nos termos dos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência, previsto no Anexo C da Resolução CVM 80.

A Lei nº 6.404/76 prevê, no §4º do art. 161, o mecanismo de eleição em separado de membros do conselho fiscal, estabelecendo:

- (i) Os titulares de ações preferenciais sem direito a voto, ou com voto restrito, terão direito de eleger, em votação em separado, 1 (um) membro e respectivo suplente; igual direito terão os acionistas minoritários, desde que representem, em conjunto, 10% (dez por cento) ou mais das ações com direito a voto; e
- (ii) Os demais acionistas com direito a voto poderão eleger os membros efetivos e suplentes que, em qualquer caso, serão em número igual ao dos eleitos nos termos do item (i), mais um.

Com isso, havendo eleição em separado de 2 (dois) membros do Conselho Fiscal, o número de membros do Conselho Fiscal da Taurus é de cinco membros efetivos e igual número de suplentes.

(iv) Fixação da remuneração global anual do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal para o exercício social de 2026

A proposta de remuneração global anual dos administradores para o exercício de 2026, considerando remuneração total, incluindo parcela fixa e variável, quando aplicável, considerando os membros do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal para o período de janeiro a dezembro de 2026, é de até R\$ 17.267.007,32 (dezessete milhões duzentos e sessenta e sete mil e sete reais e trinta e dois centavos), líquidos de encargos sociais que sejam ônus do empregador, conforme entendimento exarado pelo Colegiado da CVM em reunião realizada em 08/12/2020, assim divididos:

- (a) **Conselho de Administração:** remuneração fixa anual de R\$ 1.054.026,71 (um milhão, cinquenta e quatro mil, vinte e seis reais e setenta e um centavos);
- (b) **Diretoria Estatutária:** remuneração fixa anual de R\$ 6.141.560,10 (seis milhões, cento e quarenta e um mil, quinhentos e sessenta reais e dez centavos), acrescida de R\$ 8.931.926,12 (oito milhões novecentos e trinta e um mil novecentos e vinte e seis reais e doze centavos) referente à

remuneração variável e R\$ 370.655,62 (trezentos e setenta mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e dois centavos) referente a benefícios diretos e indiretos.

- (c) **Conselho Fiscal:** remuneração fixa anual de R\$ 768.838,76 (setecentos e sessenta e oito mil, oitocentos e trinta e oito reais e setenta e seis centavos). Esse montante considera as disposições da Lei nº 6.404/76 e do parágrafo 2º do Artigo 35 do Estatuto Social da Companhia, que estabelecem que a remuneração de cada membro em exercício do Conselho Fiscal não poderá ser inferior a 10% (dez por cento) do que for atribuído, em média, a cada Diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

Informações detalhadas sobre a proposta de remuneração dos administradores, nos termos do item 8 do Formulário de Referência, são apresentadas no **Anexo E** ao presente documento.

4 – Anexos

Os anexos a seguir apresentam as informações legais e regulamentares exigidas para fins da realização da Assembleia, detalhando informações e documentos pertinentes às matérias constantes da ordem do dia e relevantes para o exercício do direito de voto na Assembleia, conforme antecipado acima.

No caso de dúvidas, o departamento de Relações com Investidores da Companhia está à disposição, por meio do e-mail ri@taurus.com.br

Anexo A*Modelo de procuração*

[Nome], [qualificação] (“Outorgante”), nomeia e constitui como seu procurador [o Dr. Neandro Bagatini Lazon, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/RS n.º 84.412, CPF 823.812.320-87, com endereço profissional na Av. São Borja, 2181/Prédio A – CEP: 93.035-411 – São Leopoldo/RS] (“Outorgado”), para representar o Outorgante, na qualidade de acionista da Taurus Armas S.A. (“Companhia”), na Assembleia Geral Ordinária (“Assembleia”) a ser realizada, em primeira convocação, no dia 29 de abril de 2026, às 14:00 horas, na sede social da Companhia, na Av. São Borja, 2181/Prédio A – CEP: 93.035-411 – São Leopoldo/RS, e, se necessário, em segunda convocação, em data a ser informada oportunamente, ao qual outorga poderes para comparecer à Assembleia e votar, em nome e por conta do Outorgante, em conformidade com as orientações de voto estabelecidas abaixo para cada um dos itens da ordem do dia da Assembleia:

Em Assembleia Ordinária (AGO):

- (i) **Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do Relatório da Administração, relatório dos auditores independentes, Parecer do Comitê de Auditoria e Riscos e Parecer do Conselho Fiscal.**

() Aprovar () Rejeitar () Abster

- (ii) **Deliberar sobre a destinação de resultados e distribuição de dividendos referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, nos termos propostos pela Administração.**

() Aprovar () Rejeitar () Abster

- (iii) **Eleger os membros do Conselho Fiscal por candidato – limite de vagas a serem preenchidas: 3**

<i>Titular</i>	<i>Suplente</i>
Alex Leite do Nascimento	Benjamin Teixeira Dourado

() Aprovar () Rejeitar () Abster

<i>Titular</i>	<i>Suplente</i>
Haroldo Zago	Heldo Jorge dos Santos Pereira Junior

() Aprovar () Rejeitar () Abster

<i>Titular</i>	<i>Suplente</i>
Mauro César Medeiros de Mello	Nildo Teixeira Freire

() Aprovar () Rejeitar () Abster

- (iv) **Eleger membros do Conselho Fiscal em separado – Minoritários ordinaristas:**

<i>Titular</i>	<i>Suplente</i>
Valmir Pedro Rossi	Paulo Roberto Bellentani Brandão

**Candidato indicado pelo acionista Luiz Barsi Filho.*

() Aprovar () Rejeitar () Abster

(v) Eleger membros do Conselho Fiscal em separado – Preferencialistas:

<i>Titular</i>	<i>Suplente</i>
Luciano Luiz Barsi	Hério Paulo S. Andriola

**Candidato indicado pelo acionista Luiz Barsi Filho.*

(☐) Aprovar (☐) Rejeitar (☐) Abster

(vi) Deliberar sobre a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária para o exercício social de 2026, nos termos propostos pela administração.

(☐) Aprovar (☐) Rejeitar (☐) Abster

(vii) Deliberar sobre a remuneração global anual dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social de 2026, nos termos propostos pela administração.

(☐) Aprovar (☐) Rejeitar (☐) Abster

O Outorgado poderá assinar todos os documentos aplicáveis da Assembleia, tais como a ata e o livro de presença, bem como retirar documentos disponibilizados para a Assembleia e tudo o mais que se fizer necessário para o completo desempenho do presente mandato.

[Local], [Data].

[ACIONISTA]

Anexo B

Comentários dos Diretores sobre aspectos financeiros e patrimoniais da Companhia, nos termos do item 2 do Formulário de Referência, previsto no Anexo C da Resolução CVM 80/2022, conforme alterada.

2.1 Os diretores devem comentar sobre:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais.

O exercício de 2025 foi um dos mais complexos enfrentados pela Taurus nos últimos anos. O ambiente externo adverso — especialmente no mercado norte-americano, maior mercado mundial e principal destino de exportações da Companhia — combinou demanda retraída, elevada competitividade de preços e, de forma inédita, a imposição de tarifas adicionais sobre produtos importados, de 10% a partir de abril e adicionais 40% a partir de agosto, totalizando 50%. Mesmo diante desse cenário, a Taurus encerrou o exercício de 2025 mantendo sólida estrutura financeira e patrimonial.

A dívida bancária da Companhia é representada pelos seguintes instrumentos financeiros: operações cambiais (Adiantamento de Contratos de Câmbio – ACC); linha de crédito obtida junto à Finep em 2023, com carência de 36 meses e pagamento em 108 parcelas mensais, destinado a investimentos em inovação; empréstimo tomado pela subsidiária norte-americana da Taurus nos EUA; e recursos obtidos do Plano Brasil Soberano, em condições bastante favoráveis para a Companhia.

No âmbito do Plano Brasil Soberano — iniciativa do Governo Federal voltada ao apoio a empresas exportadoras afetadas pelas tarifas dos EUA — a Taurus captou R\$ 150,0 milhões em linha de crédito operada pelo BNDES, sendo R\$ 100 milhões diretamente pela instituição e R\$ 50 milhões via Banco ABC. Com carência de 12 meses e taxas diferenciadas, os recursos reforçam o caixa e contribuem para sustentar a operação e os projetos estratégicos da Companhia.

No encerramento do exercício de 2025, a Taurus registrava dívida bancária bruta de R\$ 907,3 milhões, sendo 65,8% denominada em dólares. O montante total supera em R\$ 159,8 milhões a posição registrada em 31/12/24. A variação está relacionada, basicamente, ao empréstimo tomado pela subsidiária norte-americana e à captação dos recursos no Plano Brasil Soberano.

A dívida de curto prazo, no montante de R\$ 662,1 milhões, representava 73,0% da dívida bancária bruta total da Taurus em 31/12/2025. Desse total, R\$ 427,0 milhões eram constituídos por saques cambiais (Adiantamento de Contrato de Câmbio – ACC) que podem ser renovadas a cada vencimento o que, na prática, confere a tais operações um perfil de longo prazo. Dessa forma, pode-se considerar que a dívida bruta bancária ao final do exercício que efetivamente tinha seu vencimento no curto prazo era de R\$ 235,1 milhões, ou 35,5% do total.

R\$ milhões	31/12/2025	31/12/2024	Var. %
Empréstimos e financiamentos	235,1	0,3	-
Taurus Armas S.A.	65,1	0,3	-
Taurus USA	170,0	0,0	-
Saques cambiais	427,0	554,0	-22,9%
Curto prazo	662,1	554,3	19,4%
Empréstimos e financiamentos	245,2	193,2	26,9%
Taurus Armas S.A.	245,2	154,4	58,8%
Taurus USA	0,0	38,8	-
Longo prazo	245,2	193,2	26,9%
Endividamento bruto	907,3	747,5	21,4%
Caixa e aplicações financeiras	335,3	289,9	15,7%
Endividamento líquido	572,0	457,7	25,0%
Cotação do dólar Ptax na data (R\$)	5,50	6,19	-11,2%
Endividamento bruto convertido em dólares (US\$ milhões)	165,0	120,7	36,7%
Endividamento líquido convertido em dólares (US\$ milhões)	104,0	73,9	40,7%

O saldo de caixa e equivalentes aumentou em R\$ 45,5 milhões (+15,7%) no decorrer do exercício, atingindo R\$ 335,3 milhões ao final de 2025. Com isso a dívida bancária líquida em 31/12/2025 era de R\$ 572,0 milhões, o que representa alta de 25,0%, ou R\$ 114,3 milhões, frente à posição registrada ao final do exercício anterior.

A relação entre dívida líquida e Ebitda atingiu 5,40 vezes ao final do exercício de 2025, frente à alavancagem financeira de 1,80x observada em dezembro de 2024. O desempenho do indicador é resultado do aumento do endividamento – tomado em condições bastante favoráveis para a Companhia, como comentado acima –, e a simultânea diminuição do Ebitda, que reflete a conjuntura de mercado do exercício.

O índice de liquidez corrente era de 1,6 em 31/12/2025, superando o patamar verificado ao final do ano anterior, o que sinaliza que a Companhia apresentou plenas condições de cumprir com suas obrigações de curto prazo no período. O indicador de liquidez seca, que exclui o valor em estoques, se manteve em 0,8 ao final dos dois exercícios em análise. O índice de liquidez geral também se manteve estável em 1,3, reafirmado o bom nível de liquidez financeira da Companhia, e sua capacidade de cumprir com suas obrigações a curto e longo prazo.

Indicador	31/12/2025	31/12/2024
Liquidez Corrente	1,6	1,5
Liquidez Seca	0,8	0,8
Liquidez Geral	1,3	1,3

b. Estrutura de capital

O Patrimônio Líquido da Taurus em 31 de dezembro de 2024 totalizava R\$ 1.274,5 milhões, redução de 1,5% frente os R\$ 1.294,4 milhões apurados ao final do exercício social anterior, contando com a seguinte estrutura:

R\$ milhões	31/12/2025	31/12/2024
Passivo Circulante	955,1	1.017,0
Passivo Não Circulante	383,9	317,3
Patrimônio Líquido	1.247,5	1.294,4
TOTAL	2.586,4	2.628,6
Capital próprio	48,2%	49,2%
Capital de terceiros	51,8%	50,8%

A estrutura de capital da Taurus, com 48,2% de capital próprio ao final do exercício de 2025, se mostra equilibrada, plenamente adequada para manutenção e continuidade das atividades e investimentos da Companhia, tendo pouco mais da metade de seu capital financiado por terceiros. Parte relevante da dívida bancária bruta total da Companhia (47,1%) é composta de linhas de capital de giro em operações cambiais (ACC), com possibilidade de renovação automática. O endividamento bancário inclui ainda a linha de crédito de R\$ 175,7 milhões da Finep, obtida em 2023 para financiamento de 90% do "Plano Estratégico de Inovação para Competitividade", que conta com carência de 36 meses e pagamento em 108 parcelas mensais, e os R\$ 150 milhões captados por meio do BNDES no âmbito do Plano Brasil Soberano, com carência de 12 meses e taxas diferenciadas. Adicionalmente, em 31/12/2025, o endividamento bancário incluía empréstimo captado nos EUA pela subsidiária da Taurus nesse país.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

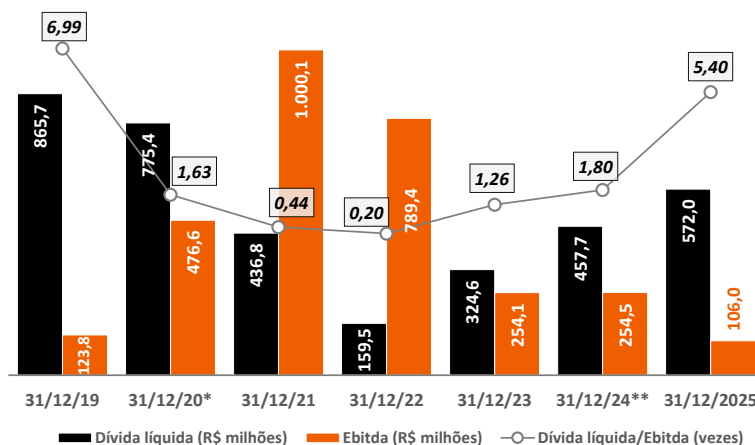
A geração de caixa proveniente das atividades operacionais e a posição de liquidez financeira da Companhia embasam a posição da diretoria em afirmar que a Taurus tem plena capacidade de honrar com seus compromissos financeiros.

Ao final de 2025, as disponibilidades e aplicações financeiras da Companhia somavam R\$ 335,3 milhões, com aumento de 15,7% ou R\$ 45,5 milhões em relação à posição em 31/12/2024. Além disso, o endividamento bruto em 31/12/2025 era de R\$ 907,3 milhões, registrando aumento de 21,4% em relação à posição ao final do exercício anterior. A dívida bancária líquida em 31/12/2025, deduzidas as disponibilidades, era de R\$ 572,0 milhões. Com R\$ 427,0 milhões (47,1% do total) em operações de saques cambiais de curto prazo que podem ser renovadas a cada vencimento e R\$ 150 milhões captados no âmbito Brasil Soberano, além de R\$ 175 milhões captados junto à Finep, ambos empréstimos obtidos em condições diferenciadas, bastante vantajosas para a Companhia, o endividamento bancário da Companhia tem perfil adequado. A estrutura de capital, contando com 47,9% de capital próprio, reforça o equilíbrio financeiro da Taurus.

A geração operacional de caixa medida pelo Ebitda ajustado foi de R\$ 106,0 milhões em 2025, desempenho impactado por condições externas à Companhia que incluem uma demanda retraída notadamente nos EUA (responsável, em 2025, por 68,5% da receita líquida total da Companhia) e a tarifa imposta pelo governo norte-americano de 10% a partir de abril de 2025, acrescida de 40% a partir de agosto de 2025, totalizando 50%. Adicionalmente, no último trimestre do ano, as despesas operacionais da Taurus foram oneradas por despesas extraordinárias. Assim, a alavancagem financeira medida pelo indicador dívida líquida/Ebitda ajustado era de 5,40 no encerramento do exercício de 2025, conforme pode ser verificado no gráfico a seguir. Esse indicador mostra aumento se comparado aos últimos 5 exercícios sociais, mas é ainda inferior ao apurado em 2019 (antes do "boom" de mercado ocorrido durante o período de pandemia de Covid). Há ainda que se considerar que parte relevante da alavancagem financeira da Companhia está vinculada a empréstimos captados em condições diferenciadas e juros reduzidos, conforme comentado anteriormente.

O cálculo do Ebitda está detalhado no item 2.5 deste Formulário de Referência.

Grau de alavancagem financeira: Dívida líquida / Ebitda ajustado



* 2020 Ebitda desconsidera as despesas relacionadas ao Covid (R\$ 4,8 milhões)

** 2024 Ebitda desconsidera as despesas sociais com ajuda à enchente no RS (R\$ 1,9 milhão)

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Tendo em vista seu perfil exportador, a Companhia se utiliza de adiantamentos de contrato de câmbio ACC (Adiantamento do Contrato de Câmbio) para financiar seu capital de giro, devido ao seu custo mais atrativo.

Em março de 2023, a Companhia teve aprovado um projeto de inovação apresentado à FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos. Com foco estratégico baseado na inovação e no desenvolvimento tecnológico e contando com sólida estrutura operacional e financeira, a Taurus conquistou posição que a permitiu acessar esse tipo de financiamento incentivado, a taxas extremamente competitivas. A linha de crédito concedida é de R\$ 175,7 milhões, com prazo de carência de 36 meses.

No âmbito do Plano Brasil Soberano — iniciativa do Governo Federal voltada ao apoio a empresas exportadoras afetadas pelas tarifas impostas pelos EUA em 2025 — a Taurus captou R\$ 150,0 milhões em linha de crédito operada pelo BNDES, sendo R\$ 100 milhões diretamente pela instituição e R\$ 50 milhões via Banco ABC. Com carência de 12 meses e taxas diferenciadas, os recursos reforçam o caixa e contribuem para sustentar a operação e os projetos estratégicos da Companhia.

Em 2025, a Taurus realizou investimentos totais de R\$ 93,4 milhões, dos quais R\$ 36,9 milhões (39,5%) foram financiados com recursos da linha de crédito de inovação da Finep. Os demais R\$ 53,9 milhões (60,5%) investidos no ano foram financiados com recursos da geração própria de caixa da Companhia. Ressalta-se que, até a data deste Formulário, investimentos realizados no segundo semestre do ano, que somam R\$ 12,3 milhões, correspondem à 5ª parcela da linha de crédito da Finep, permanecem em análise pela Instituição.

A maior parte dos investimentos realizados em 2025 foi direcionado à aquisição de máquinas, equipamentos e ferramentas, representando 68,9% do total investido no período, seguido em relevância pelo desenvolvimento de novos produtos respondeu por 25,0%.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A gestão mantém posição positiva no fluxo de caixa garantindo liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações, sem causar perdas ou assumir o risco de prejudicar a reputação da Companhia. Sendo assim, considera não haver cenário provável de deficiência ou liquidez.

Atualmente, dado a posição e a geração de caixa da Taurus, a Companhia tem linhas de créditos suficientes para a rolagem em boas condições dos valores de sua dívida bancária. Em 2025, além dos recursos obtidos a partir de operações de adiantamento de contrato de câmbio (ACC), para financiamento de capital de giro, a Taurus obteve R\$ 150,0 milhões no âmbito do Plano Brasil Soberano, que reforçam o caixa da Companhia e podem ser utilizados para financiar suas operações.

Até o encerramento do exercício de 2025, a Companhia tinha utilizado 5, do total de 6 parcelas semestrais do financiamento de R\$ 175,7 milhões obtido junto à Finep (Financiadora de Estudos e Projetos), instituição vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, para investimento em seu Plano Estratégico de Inovação para Competitividade (PEI). Resta, portanto, ainda uma parcela a ser utilizada.

Os investimentos mais relevantes em ativos não-circulantes necessários para a modernização e ampliação industrial foram realizados no decorrer de exercícios anteriores, principalmente durante os anos de 2021 e 2022.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

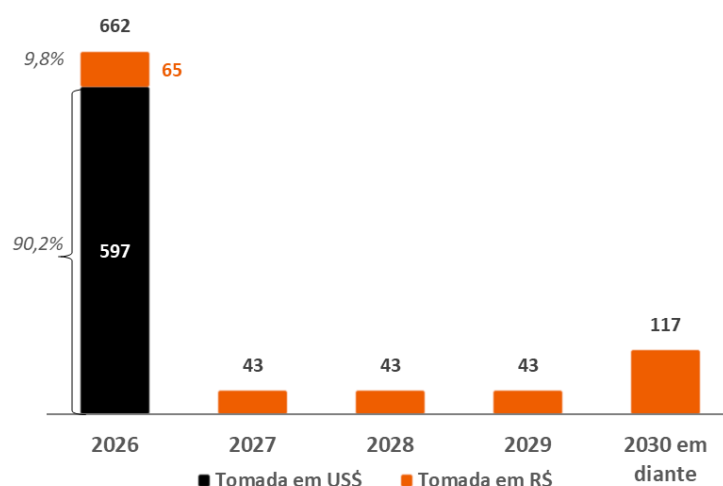
Conforme quadro apresentado no item 2.1.a., a Taurus encerrou o exercício de 2025 com dívida líquida de R\$ 572,0 milhões, tendo ampliado sua dívida bruta em R\$ 159,8 milhões e seu montante em caixa e aplicações financeiras em R\$ 45,5 milhões no decorrer do exercício.

Em 31/12/2025, do total de R\$ 907,3 milhões da dívida bruta, 73,0% (R\$ 662,1 milhões) estava registrada como dívida bancária com vencimento no curto prazo. Desta parcela, R\$ 427,0 milhões eram constituídos por

saques cambiais (Adiantamento de Contrato de Câmbio – ACC) que podem ser renovadas a cada vencimento o que, na prática, confere a tais operações um perfil de longo prazo. Dessa forma, pode-se considerar que a dívida bruta bancária ao final do exercício que efetivamente tinha seu vencimento no curto prazo era de R\$ 480,3 milhões, ou 25,9% do total.

Do total da dívida bruta bancária no encerramento do exercício de 2025, 65,8% eram dívidas tomadas em dólares diretamente pela Companhia e pela sua subsidiária norte-americana. Reforçando que a maior parte das receitas da Companhia – 79,4% em 2025 – são provenientes de vendas no mercado externo.

Perfil da dívida bancária (R\$ milhões) em 31/12/2025 – por moeda e prazo de vencimento



i. Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

Os principais empréstimos e financiamentos são representados por dívidas tomadas em dólares norte-americanos para financiamento de capital de giro, na forma de ACCs.

R\$ mil	Moeda	Tx juros	Vencimento	Valor contábil em 31/12/2025
Adiantamento de Câmbio	USD	10,00%	Até 23/10/2026	427.059
FINEP	R\$	5,62% a.a.	15/03/2035	174.947
BNDES (Brasil Soberano)	R\$	3,53% a.a.	16/12/2030	100.000
Banco ABC – BNDES (Brasil Soberano)	R\$	7,82% a.a.	16/12/2030	50.000
Capital de Giro - Fifth Third Bank	USD	SOFR	15/07/2026	170.000
Passivo circulante				612.127
Passivo não circulante				298.720
TOTAL				910.847

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

No encerramento do exercício de 2025, a Companhia não tinha outras relações de longo prazo com instituições financeiras além das apresentadas acima.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

A Companhia não possui dívidas subordinadas.

Em eventual concurso universal de credores, após a realização dos ativos da Companhia, serão satisfeitos, nos termos da lei, os créditos trabalhistas, previdenciários e fiscais, com preferência em relação aos credores que contem com garantia real, flutuante e quirografários.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

A dívida bancária da Companhia estabelece os seguintes *covenants* financeiros: caso o índice obtido pela razão entre a dívida líquida e o Ebitda seja superior a 3,0 ou o índice obtido pela razão entre o Ebitda e a Despesa Financeira Líquida seja igual ou inferior a 1,2, o Credor poderá considerar o vencimento antecipado da dívida.

Em 31/12/2025, verificou-se o descumprimento do *covenant* relativo ao índice Dívida Líquida / EBITDA. Para essa situação, foi negociado e obtido um *Waiver* junto aos Bancos, evitando a caracterização de vencimento antecipado.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Até o final do exercício de 2025, a Companhia recebeu 92,2% (R\$ 162 milhões) do valor total aprovado pela Finep.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

A seguir, é comentado o desempenho da Companhia no exercício social encerrado em 31/12/2025, considerando os principais dados de suas demonstrações de resultado e fluxo de caixa, incluindo tabelas comparativas com relação ao desempenho no exercício social de 2024 e gráficos que, em alguns casos, apresentam a evolução no decorrer dos últimos anos.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS

R\$ milhões	2025	% sobre Receita	2024	% sobre Receita	2025x2024 Var. %
Receita operacional líquida	1.463,0	100,0%	1.672,7	100,0%	-12,5%
Mercado interno	301,6	20,6%	269,9	16,1%	11,7%
Mercado externo	1.161,4	79,4%	1.375,8	82,3%	-15,6%
CPV	-960,8	-65,7%	-1.090,3	-65,2%	-11,9%
Lucro bruto	502,2	34,3%	582,4	34,8%	-13,8%
<i>Margem bruta (%)</i>	34,3%	-	34,8%	-	-0,5 p.p.
Despesas operacionais	-450,1	-30,8%	-373,5	-22,3%	20,5%
Resultado antes do resultado financeiro e tributos	52,1	3,6%	208,9	12,5%	-75,1%
Resultado financeiro líquido	-6,7	-0,5%	-130,0	-7,8%	-94,8%
IR e Contribuição Social	-27,8	-1,9%	-2,4	-0,1%	1058,3%
Resultado líquido	17,6	1,2%	76,5	4,6%	-77,0%
Ebitda*	106,0	7,2%	254,4	15,2%	-58,3%
<i>Margem Ebitda*</i>	7,2%	-	15,2%	-	-8,0 p.p.
Dívida líquida (no final do período)	572,0	-	457,7	-	25,0%

* Ebitda 2024 desconsidera a despesa de R\$ 1,9 milhão com assistência social durante as enchentes no RS

Obs.: As demonstrações de resultados completas podem ser obtidas no site de RI da Companhia (<https://ri.taurusarmas.com.br>), da CVM (cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br).

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Condições de mercado

O mercado de armas de fogo nos Estados Unidos foi marcado por instabilidade ao longo de 2025, impactado pelas tarifas de importação impostas pela administração Trump e pelas condições econômicas no país, com juros elevados e queda no consumo. Varejistas relataram antecipação do período sazonalmente mais fraco do verão e uma desaceleração mais prolongada do que a observada em anos anteriores, antes da melhora das vendas de fim de ano. A recente reversão do cenário tarifário ao final de fevereiro de 2026, reduz significativamente um dos fatores de pressão para a Taurus nesse mercado.

Relatórios de varejo referentes ao feriado de Black Friday também sinalizaram enfraquecimento do mercado, com queda superior a 10% nas vendas do setor em comparação a 2024. Outro destaque para 2025 é o avanço das vendas de armas usadas no nível dos revendedores: a maioria dos varejistas indicou que essas vendas representaram entre 15% e 20% do total comercializado no ano —patamar significativamente acima da média histórica.

O mercado norte-americano de armas é composto por diversas categorias, com desempenho heterogêneo ao longo do ano. De forma geral, pistolas semiautomáticas e revólveres demonstraram maior resiliência frente à retração do mercado quando comparadas a armas longas tradicionais e espingardas. Indicativos setoriais sugerem que o mercado tenha atingido seu ponto mais baixo entre julho e agosto de 2025, iniciando, desde então, uma recuperação gradual.

O Adjusted NICS (National Instant Criminal Background Check System) — indicador que aponta a intenção de compra de armas nos EUA, considerado um dos principais termômetros da atividade do setor no país — encerrou o ano registrando o total de 14,6 milhões de consultas, resultado 4,1% inferior ao apurado no ano anterior, mantendo a tendência de recuo verificada nos últimos anos.

No Brasil, o mercado de armas leves manteve-se em patamar reduzido ao longo de 2025, ainda refletindo a revisão do marco regulatório iniciada em 2023, que trouxe restrições à aquisição, posse e porte por cidadãos civis e impactou a demanda. Indicadores públicos de registros e autorizações seguem apontando volumes significativamente inferiores aos observados no ciclo de maior expansão do mercado, entre 2019 e 2022, reforçando um cenário doméstico de baixa atividade.

No segundo semestre de 2025, contudo, começaram a surgir os primeiros sinais de recomposição gradual da demanda, especialmente em função da maior estabilidade proporcionada pelas definições dos aspectos jurídicos e pela reorganização dos processos, agora sob responsabilidade da Polícia Federal. A Taurus acredita que esse ambiente legal mais claro, somado à normalização dos processos, poderá favorecer uma recuperação mais consistente do mercado interno nos próximos períodos, ainda que de forma gradual.

Produção e vendas

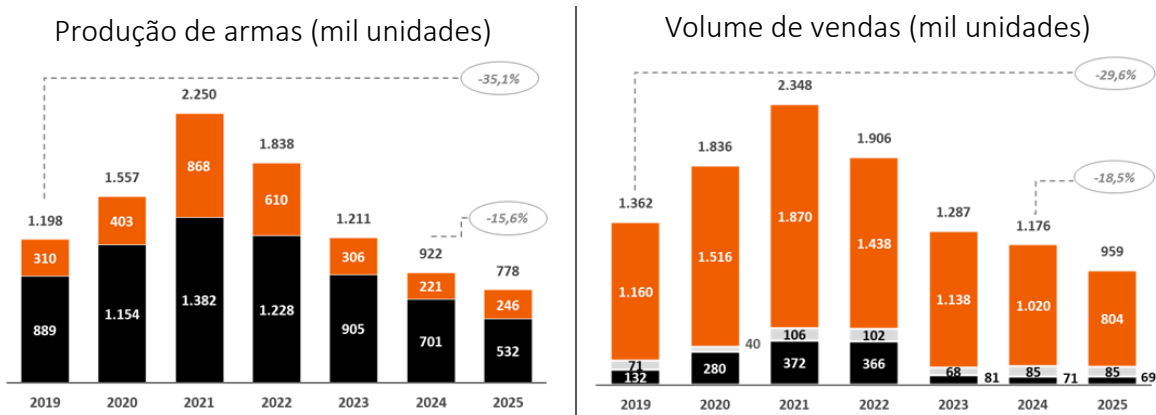
A Taurus produziu 778 mil armas no acumulado de 2025, o que representa redução de 15,6% em relação a 2024. O desempenho reflete o ajuste às condições de demanda em seus principais mercados e a adequação operacional frente ao novo ambiente tarifário nos Estados Unidos, preservando flexibilidade para direcionar volumes e mix conforme a evolução do cenário.

A Companhia mantém elevada flexibilidade operacional, combinando unidades industriais no Brasil e nos Estados Unidos, além de agilidade na adaptação do mix de produção às condições de mercado. Essa flexibilidade é potencializada por um portfólio amplo, com produtos que aliam tecnologia e qualidade a preços competitivos — diferencial especialmente relevante em períodos de demanda mais seletiva.

Observa-se o aumento na participação das unidades fabricadas nos Estados Unidos sobre o total produzido, tendência que reflete a estratégia de internalização da montagem para mitigar os impactos tarifários. No 4T25, a fábrica norte-americana da Taurus respondeu por 46,5% do total de armas produzidas pela Companhia, comparado a 26,0% no mesmo trimestre de 2025. Considerado o acumulado no ano, essa participação passou de 24,0% em 2024 para 31,6% em 2025.

As linhas de montagem das pistolas de toda a família G destinadas ao mercado norte-americano foram as primeiras a serem transferidas para a unidade da Companhia nos Estados Unidos. Além disso, outros modelos de pistolas, como a TX9, bem como modelos selecionados de revólveres, também passaram a ser montados

naquele país, como parte da estratégia de otimização industrial, durante o período de vigência da tarifa de 50% para os produtos da Companhia nos EUA. Os produtos destinados ao mercado brasileiro e aos demais mercados internacionais continuaram sendo produzidos integralmente no Brasil.



No acumulado de 2025, as vendas totalizaram 959 mil armas, volume 18,5% inferior ao verificado em 2024, principalmente influenciado pelo desempenho comercial nos EUA, acompanhando a tendência de retração do mercado nesse país. Ainda que impactada negativamente pelas tarifas, a performance da Taurus se manteve alinhada à tendência do setor.

Com a elevação da tarifa de importação nos Estados Unidos, a comercialização pela Taurus de armas longas de terceiros passou a enfrentar restrições adicionais de viabilidade econômica e logística. Assim, em 2025 a Companhia realizou a venda dessas armas no mercado norte-americano de forma controlada, concentrada nos estoques formados antes da alteração tarifária.

No mercado brasileiro, as vendas da Taurus apresentaram crescimento trimestre a trimestre no decorrer do ano, ainda que, em função da forte retração do mercado no primeiro trimestre, o total de armas comercializadas em 2025 tenha ficado 2,8% abaixo do registrado no ano anterior. A maior estabilidade regulatória e a reorganização dos processos relativos ao setor, somadas à reestruturação do modelo de distribuição da Taurus no País, influenciaram positivamente as vendas nos últimos meses. Como medida de reforço na área comercial, a Taurus passou a atender diretamente as maiores lojas do País, responsáveis por cerca de 60% do volume do mercado, mantendo ainda dois distribuidores nacionais.

A Companhia reforçou sua atuação em outros mercados internacionais, voltada, principalmente, para mercados militares. O resultado dessa estratégia fica evidenciado no desempenho do último trimestre do ano, quando as exportações para países que não os Estados Unidos totalizaram 24 mil unidades no 4T25, o que representa expressiva alta de 26,3% em relação ao mesmo trimestre de 2024. No acumulado de 2025, essas vendas totalizaram 85,4 mil armas, volume estável frente ao ano anterior (85,2 mil).

Os principais destinos das exportações da Taurus (excluindo EUA) no decorrer de 2025 foram Tunísia, Filipinas, Guatemala e África do Sul. No 4T25, a Companhia foi vencedora em licitação para fornecimento de 7,5 mil fuzis – uma das maiores dos últimos anos –, com a entrega integral das armas sendo realizada ainda durante o trimestre. Venceu, também, outra licitação para a venda de 10 mil fuzis em país da Ásia, cujo fornecimento se dará em 2026. Dentro da estratégia de reduzir a parcela da receita proveniente dos EUA, ampliando a relevância de outros mercados, a Taurus segue monitorando processos de compras governamentais em diferentes países, com oportunidades potenciais para 2026 que envolvem cerca de 40 mil armas.

Na Índia, mais um foco de mercado para a diversificação geográfica da receita, além de vendas realizadas para o mercado civil local, a Companhia conquistou contratos de menor porte no segmento militar. Já no início de 2026, saiu vencedora de dois grandes contratos militares no país, que envolvem a entrega de 12 mil pistolas TS9 para as Forças Armadas Policiais Centrais (CAPF), Home Department Uttar Pradesh Police (STF) entre outras. A JD Taurus está participando também de licitações nesse país com conclusão prevista no curto

e médio prazo, com potencial de venda de aproximadamente 70 mil armas, entre pistolas e fuzis/submetralhadoras, com valor estimado de US\$ 30 milhões.

Receita operacional líquida

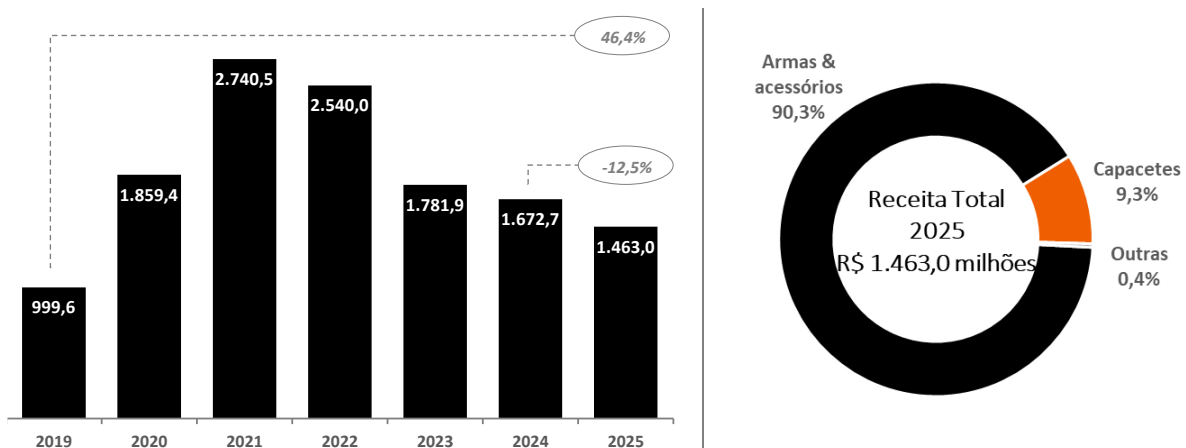
A receita consolidada da Taurus inclui, além da venda de armas e acessórios, receitas provenientes de capacetes, e outras fontes, como as lojas AMTT Taurus. Cabe destacar que a receita da joint venture JD Taurus, na Índia, não é consolidada nas demonstrações da Companhia, sendo reconhecida na linha de equivalência patrimonial.

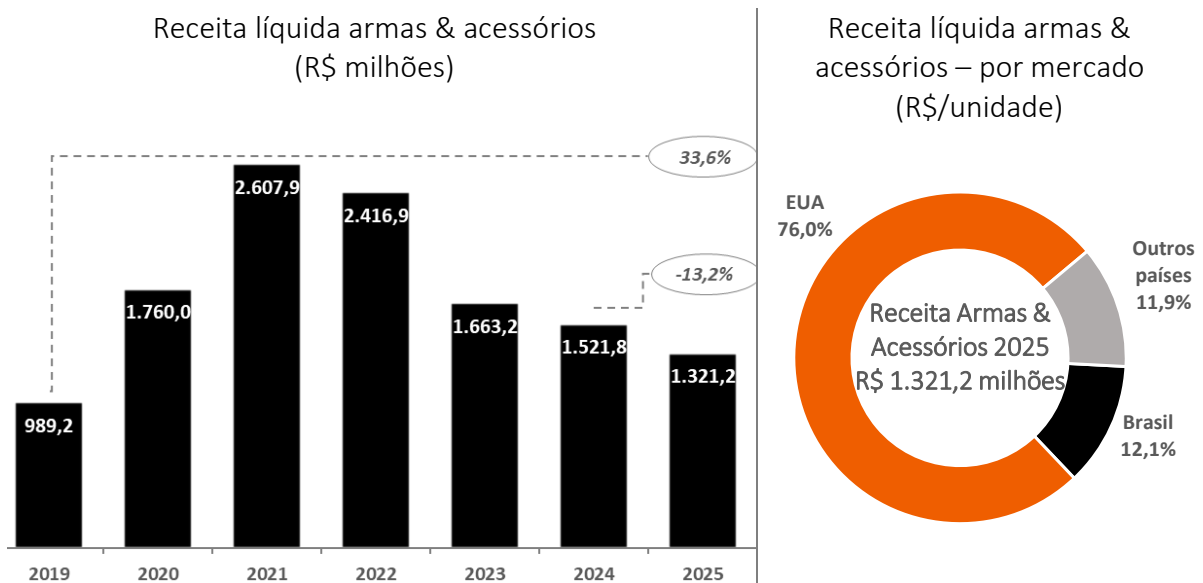
No acumulado de 2025, a receita líquida totalizou R\$ 1.468,0 milhões, retração de 12,5% frente a 2024, refletindo, principalmente, a redução de 21,1% no volume de vendas no mercado norte-americano; a valorização de 11,1% do real frente ao dólar; e as tarifas impostas pelo governo norte-americano, em um contexto de demanda mais fraca e elevada competitividade de preços.

Considerando exclusivamente armas & acessórios, a receita líquida atingiu R\$ 1.321,2 milhões em 2025, recuando 13,2% face ao registrado no ano anterior. O desempenho está relacionado ao resultado nos EUA, que apresentou retração de 20,1% comparado a 2024, o que foi parcialmente compensado com o aumento da receita proveniente das vendas nos demais mercados no mesmo período: +9,4% no Brasil e +32,0% nas exportações para outros países.

Isso levou à redução da participação dos EUA no total da receita de armas & acessórios, ainda que esse mercado siga como principal destino dos produtos da Taurus. Em 2024, o mercado norte-americano foi responsável por 82,5% da receita do segmento e, em 2025, essa participação recuou para 76,0%. Além de reflexo das condições de mercado, o desempenho também se deve ao esforço da Companhia em ampliar a parcela de sua receita proveniente das exportações, em linha com sua estratégia. Em 2024, a receita de vendas para outros países que não os EUA responderam por 7,9% do total, enquanto em 2025 essa parcela aumentou para 11,9%. Também houve aumento da participação do Brasil (de 9,6% em 2024 para 12,1% em 2025) com o início de retomada das vendas nos últimos meses do ano, tendo em vista a reestruturação do modelo comercial da Companhia, com distribuição própria para os maiores varejistas, e a maior segurança jurídica e novos processos nos trâmites legais para compra e registro de armas no País.

Receita Operacional Líquida Consolidada - (R\$ milhões)





O preço médio por arma vendida pela Taurus em 2025 foi de R\$ 1.377,91, com elevação de 6,5% comparado ao registrado no exercício anterior. Essa evolução refletiu, principalmente: (i) o impacto da desvalorização de 3,7% do real em relação ao dólar norte-americano, na cotação média dos períodos, atuando de forma positiva sobre as vendas realizadas em moeda estrangeira, que representaram 87,9% da receita de armas & acessórios; (ii) reajuste médio de 7% aplicado em julho/25 sobre a tabela de preços da Taurus no mercado norte-americano; e (iii) efeito do mix de produtos vendidos, com maior participação de produtos de maior valor agregado em determinados mercados.

A inovação permanece como um dos pilares estratégicos da Companhia e importante ferramenta para enfrentar as condições mais retraídas do mercado. Os novos produtos continuaram contribuindo de forma relevante para os resultados, representando 17,7% da receita líquida de armas & acessórios no acumulado do ano de 2025.

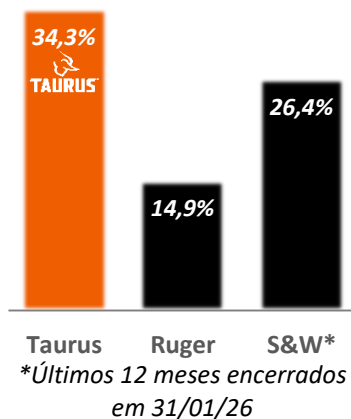
Custo dos produtos vendidos e Lucro bruto

A conjuntura do setor em 2025 envolve a questão das tarifas para os produtos da Taurus com simultânea retração de mercado nos EUA e demanda ainda retraído também no Brasil. Apenas as taxas impostas pelos EUA resultaram em impacto de cerca de US\$ 16 milhões para a Taurus em 2025, considerando a tarifa de 10% desde abril (impacto aproximado de US\$ 7,5 milhões no ano) e a tarifa adicional de 40% a partir de agosto (impacto aproximado de US\$ 8,5 milhões no ano).

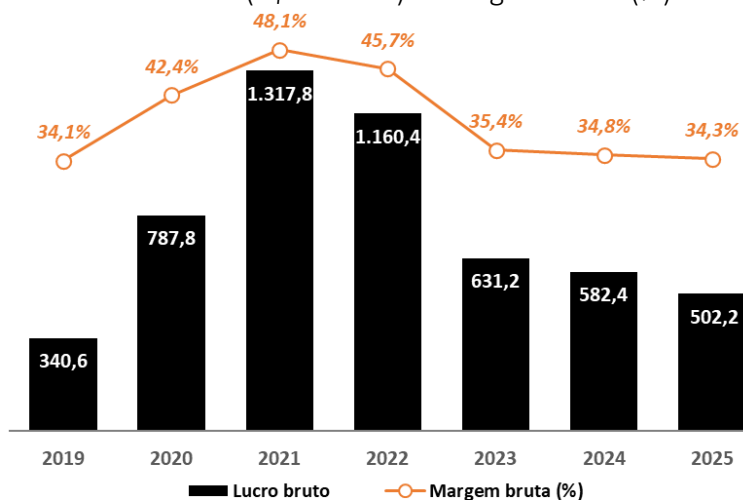
Diante desse cenário, a Taurus adotou diferentes medidas estratégicas de modo a preservar a rentabilidade, incluindo a gestão rigorosa de seus custos. Mesmo com a inflação acumulada em 2025 de 4,26%, o custo dos produtos vendidos (CPV) da Taurus apresentou redução de 11,9% em relação ao ano anterior, resultado também associado ao menor volume de produção no período. Vale destacar, no entanto, que a Companhia tem parcela significativa de custos fixos, o que reduz a flexibilidade de ajuste proporcional à queda no volume produzido.

Ainda assim, a Companhia manteve rentabilidade bruta em patamar superior a 30%. No acumulado de 2025, o lucro bruto totalizou R\$ 502,2 milhões, com margem bruta de 34,3%, resultado inferior em apenas 1,2 p.p. comparado a 2024. A despeito de todas as dificuldades do mercado no decorrer do ano, o desempenho confirma a solidez operacional da Taurus e o acerto das ações adotadas.

A eficiência operacional da Companhia fica evidenciada frente ao desempenho de seus pares internacionais, mesmo com a tarifa adicional imposta pelo governo norte-americano sobre seus produtos. Em 2025, a margem bruta da Taurus foi 19,4 p.p. superior à registrada pela Ruger e 7,9 p.p. à da Smith & Wesson

Margem Bruta 2025
 Taurus e empresas
 estrangeiras do setor


Lucro Bruto (R\$ milhões) e Margem Bruta (%)



Despesas operacionais

As despesas operacionais totalizaram R\$ 450,1 milhões em 2025, o que, na comparação com igual período do ano anterior, representa alta de 20,5%.

O desempenho de 2025 foi influenciado pelos efeitos inflacionários, os maiores esforços comerciais, o efeito negativo da desvalorização do real sobre as despesas apuradas na unidade norte-americana e, principalmente, despesas não recorrentes contabilizadas no último trimestre do ano. Entre essas despesas extraordinárias, destacam-se: (i) o pagamento e a constituição de provisão de despesas jurídicas referentes a acordo não judicial firmado pela Companhia e à contratação de consultorias e serviços de terceiros; (ii) maior provisão para devedores duvidosos (PDD) nas despesas com vendas, em função, inclusive, de uma postura mais conservadora da Companhia face à conjuntura instável do mercado; e (iii) despesas com depreciação não planejadas e de softwares (adoção do SAP) na unidade norte-americana.

O resultado da equivalência patrimonial em 2025 foi a receita de R\$ 3,8 milhões, com contribuição positiva da operação da Taurus na Índia, mantendo-se estável frente ao apurado no exercício anterior.

	2025	2024	2025x2024 Var. %
Despesas com vendas	219,9	199,5	10,2%
Despesas gerais e administrativas	274,3	221,3	23,9%
Perdas/(receita) pela não recuperabilidade de ativos	8,6	4,2	104,8%
Outras despesas/(receitas) operacionais	-48,9	-47,8	2,3%
Equivalência patrimonial	-3,8	-3,8	0,0%
Despesas operacionais	450,1	373,5	20,5%
Desp. Operacionais/Receita Op. Líquida (%)	30,8%	22,3%	8,4 p.p.
Cotação do dólar Ptax médio no período (R\$)	5,59	5,39	3,7%

Ebitda

O Ebitda (sigla em inglês para lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - Lajida) não é uma medida financeira segundo o BR GAAP, as Normas Internacionais de Contabilidade ou o IFRS e não deve ser considerado isoladamente como indicador de desempenho operacional ou como alternativa ao fluxo de caixa

operacional para fins de liquidez. Trata-se de uma métrica gerencial, apresentada com o objetivo de oferecer informações adicionais sobre a geração operacional de caixa.

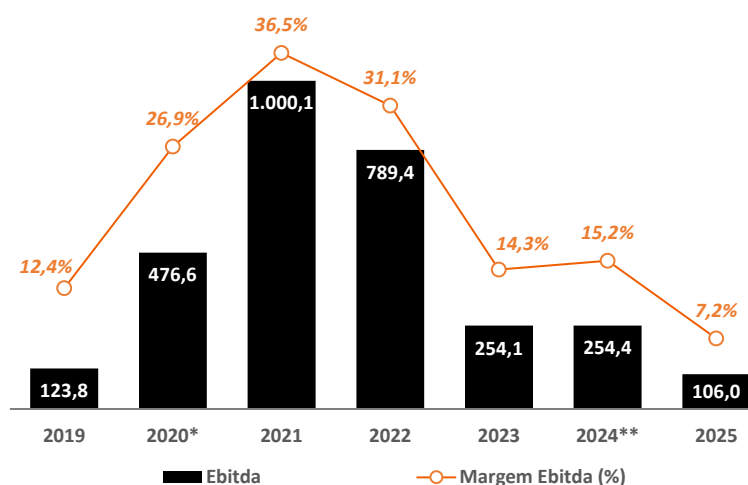
A Companhia deixou de apresentar o Ebitda ajustado, que desconsiderava o resultado da equivalência patrimonial, uma vez que essa conta incorpora os resultados das joint ventures da Taurus — JD Taurus, na Índia, e operação de carregadores —, ambas diretamente relacionados às suas atividades operacionais. Foram mantidos apenas dois ajustes pontuais na série histórica apresentada, com a exclusão de despesas não recorrentes: (i) 2020 – despesas extraordinárias de R\$ 4,8 milhões relacionadas à pandemia de Covid; e, (ii) 2024 – despesas extraordinárias de R\$ 1,9 milhão de ajuda social nas enchentes do Rio Grande do Sul.

O forte desempenho operacional da Companhia, traduzido na manutenção da margem bruta em patamar elevado (34,36% em 2025) a despeito das condições conjunturais, foi prejudicado quando da avaliação do Ebitda. No último trimestre do exercício, esse indicador ficou zerado, pressionando por despesas operacionais extraordinárias. Com isso, o Ebitda de 2025 totalizou R\$ 106,0 milhões, com margem de 7,2%, incorporando o efeito das condições mais restritivas do mercado norte-americano ao longo do ano, os impactos associados à mudança do ambiente tarifário nos EUA e as despesas operacionais não recorrentes registradas no último trimestre.

Cálculo do Ebitda ajustado – Reconciliação de acordo com a Res. CVM 156/22

R\$ milhões	2025	2024	2025x2024 Var. %
Resultado líquido	17,7	76,6	-76,9%
Impostos	27,8	2,4	1058,3%
Resultado financeiro líquido	6,7	130,0	-94,8%
Depreciação e amortização	53,8	43,6	23,4%
Ebitda	106,0	252,5	-58,0%
<i>Margem Ebitda</i>	<i>7,2%</i>	<i>15,1%</i>	<i>-7,9 p.p.</i>
Despesas de ajuda social (enchentes)	0,0	1,9	-
Ebitda ajustado	106,0	254,4	-58,3%
<i>Margem Ebitda ajustado</i>	<i>7,2%</i>	<i>15,2%</i>	<i>-8,0 p.p.</i>

Ebitda ajustado (R\$ milhões) e sua Margem (%)



Resultado financeiro

As variações cambiais, ativas e passivas, representam importantes linhas que compõem o resultado financeiro da Taurus. Contabilmente, esses efeitos recaem sobre contas patrimoniais e são apurados com base na taxa de câmbio vigente na data de encerramento do período. Essa metodologia difere daquela

utilizada na apuração das receitas e despesas operacionais, que considera a taxa média do período.

Ao longo de 2025, houve maior oscilação cambial, ainda que com relativa estabilidade na cotação do dólar ao final dos trimestres. Dessa forma, observa-se uma dissociação entre os efeitos do câmbio no desempenho operacional e o impacto reconhecido no resultado financeiro. Entre 2025 e 2024, a variação da taxa de câmbio média do real frente ao dólar foi a desvalorização de 3,7%, enquanto, considerando as cotações de encerramento dos exercícios, o real apresentou valorização de 11,1%.

R\$ milhões	2025	2024	2025x2024 Var. %
(+) Receitas financeiras	167,8	127,4	31,7%
Variações cambiais ativas	126,7	81,1	56,2%
Juros e outras receitas	41,1	46,3	-11,2%
(-) Despesas financeiras	174,5	257,4	-32,2%
Variações cambiais passivas	87,2	178,2	-51,1%
Juros e outras despesas	87,3	79,2	10,2%
(+/-) Resultado financeiro líquido	-6,7	-130,0	-94,8%
Cotação dólar Ptax no final do período (R\$)	5,50	6,19	-11,1%

O resultado do exercício de 2025, que até o acumulado de janeiro a setembro era positivo (receita líquida) em R\$ 25,3 milhões, foi revertido para despesa líquida de R\$ 6,7 milhões. O desempenho é significativamente inferior ao apurado em 2024, quando foi registrada despesa líquida de R\$ 130,0 milhões, principalmente em função das fortes variações cambiais passivas verificadas naquele ano, uma vez que a moeda nacional apresentou desvalorização de 27,9% no período (cotação do dólar frente ao real ao final do exercício: 2023: R\$ 4,84 | 2024: R\$ 6,19).

Em 2025, considerando a cotação de encerramento do exercício, a moeda nacional apresentou valorização de 11,1% em relação ao dólar. Com isso, a receita financeira contábil registrada a título de variações cambiais ativas atingiu R\$ 126,7 milhões, resultado 56,2% superior ao verificado em 2024. Ao mesmo tempo, as despesas financeiras relativas às variações cambiais passivas apresentaram redução de R\$ 91,0 milhões no mesmo período, passando de R\$ 178,2 milhões em 2024 para R\$ 87,2 milhões no último exercício. Assim, as variações cambiais contribuíram com saldo líquido de receita financeira de R\$ 40,4 milhões em 2025. Já as receitas e despesas financeiras com juros e outros apresentou saldo líquido negativo (despesa líquida) de R\$ 82,9 milhões no exercício de 2025, com simultânea diminuição das receitas e aumento das despesas frente ao apurado em 2024.

Lucro líquido

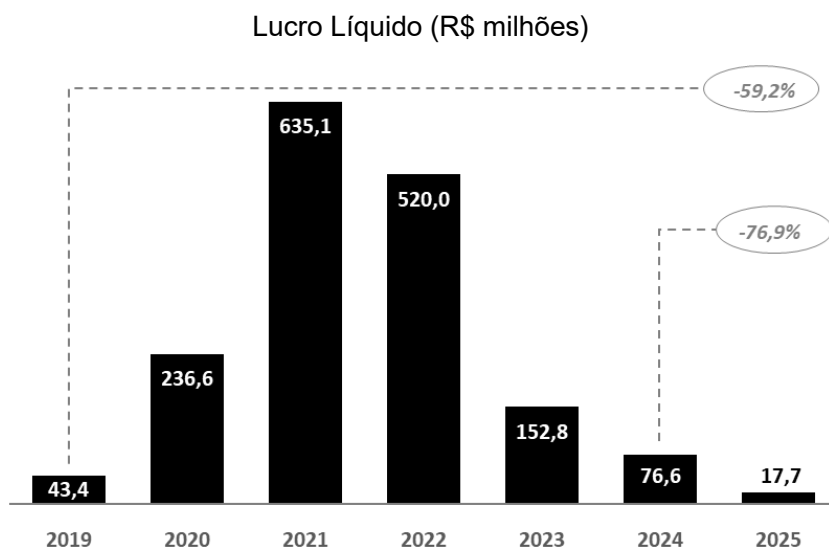
O ano de 2025 apresentou um cenário no mercado desafiador para a Companhia. As tarifas impostas pelo EUA aos produtos brasileiros se somaram a um consumidor mais retraído nesse país que representa o principal destino de vendas da Taurus e à consequente competitividade de preços no mercado. A Taurus reagiu rapidamente às situações que se apresentaram, com ações estratégicas cujo acerto foi confirmado pela manutenção de margem bruta elevada, mantendo sua liderança em termos de rentabilidade bruta frente a empresas norte-americanas do setor.

A Taurus reforçou preventivamente seus estoques nos EUA, antes da adoção da tarifa adicional de 40%, reduziu o preço de transferência do Brasil para esse país e realizou a transferência de linhas de montagem de alguns dos produtos destinados ao mercado norte-americano para sua unidade nesse país, de modo a reduzir o impacto tarifário. Visando garantir liquidez e a continuidade dos projetos estratégicos, obteve cessão de créditos de ICMS e captou, com taxas diferenciadas, R\$ 150 milhões no âmbito do Plano Brasil Soberano. Atuou também institucionalmente junto a autoridades brasileiras e norte-americanas, além de contratar escritório de assessoria nos EUA para defender seus interesses. Ao mesmo tempo, medidas de reforço na área comercial foram adotadas, como a adoção de novo modelo de distribuição no Brasil, com a Taurus passando a atender diretamente as maiores lojas do País, responsáveis por cerca de 60% do volume

do mercado, mantendo ainda dois distribuidores nacionais.

Ampliar o foco no mercado militar, assim como reforçar sua atuação internacional são o foco da estratégia de crescimento. Como resultado, já se percebe em 2025, especialmente no último trimestre do ano, o aumento da receita obtida com a exportação para outros países.

Em 2025, a Companhia registrou desembolso total de R\$ 27,8 milhões a título de Imposto de Renda e Contribuição Social, multiplicando em 11,67 vezes o valor registrado nessa conta em 2024, de -R\$ 2,4 milhões. Com isso, o resultado acumulado da Taurus em 2025 foi o lucro líquido de R\$ 17,7 milhões. Contribuíram positivamente para o resultado a efetividade e a agilidade das ações tomadas para mitigar as condições adversas ao longo do ano, incluindo o aumento da receita proveniente das vendas no Brasil e em outras países que não os EUA, além da reversão de provisões de contingências tributárias no 3T25. Em contrapartida, o resultado foi pressionado pelos fatores mercadológicos e tarifários já mencionados, como o efeito de cerca de US\$ 16 milhões relacionado às tarifas impostas pelos EUA, além de despesas não recorrentes, concentradas no último trimestre.



FLUXO DE CAIXA

R\$ milhões	2025	2026	Var. %
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	12,9	224,2	-95,8%
Caixa Gerado nas Operações	115,0	309,1	-70,2%
Variações nos Ativos e Passivos	-56,1	-63,5	-33,5%
Pagamento de IR e Contribuição Social	-46,0	-21,4	88,9%
Caixa Líquido das Atividades de Investimento	-184,7	-190,8	-3,2%
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	126,6	-3,9	-
Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0,1	-0,3	-143,1%
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-45,1	29,2	-254,1%
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	112,6	83,4	35,1%
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	67,5	112,6	-40,0%

Obs.: O Fluxo de Caixa completo pode ser obtido no site de RI da Companhia (<https://ri.taurusarmas.com.br>), da CVM (cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br).

Caixa líquido gerado nas atividades operacionais

Em 2025, a Taurus gerou saldo de caixa líquido nas atividades operacionais de R\$ 12,9 milhões, com redução de R\$ 211,2 milhões frente ao verificado no ano anterior. O resultado reflete, principalmente, a redução do caixa líquido gerado nas operações, que passou de R\$ 309,1 milhões em 2024 para R\$ 115,0 milhões (-70,2%), principalmente influenciado pelos seguintes itens: (i) variação cambial sobre empréstimos e outros, que apresentou geração de caixa líquido de R\$ 125,5 milhões em 2024 e foi zerada em 2025; (ii) provisão para garantias com consumo de caixa de R\$ 56,1 milhões em 2025, ante geração de caixa de R\$ 0,2 milhão em 2024; (iii) redução de R\$ 26,2 milhões no Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social (de R\$ 79,0 milhões em 2024 para R\$ 52,8 milhões em 2025), em função de condições de mercado restritivas, especialmente nos EUA, maior mercado da Taurus; (iv) maior utilização de caixa em provisões para contingências (consumo de caixa de R\$ 8,3 milhões em 2024 e de R\$ 19,7 milhões em 2025). Ao mesmo tempo, as principais contas que apresentaram evolução positiva entre os dois exercícios, compensando parcialmente a menor geração líquida de caixa das operações em 2025 foram: (i) aumento de R\$ 10,2 milhões na geração de caixa líquida referente à depreciação e amortização, que totalizou R\$ 53,8 milhões em 2025; e (ii) aumento de R\$ 9,4 milhões na geração líquida de caixa da conta de Provisão de juros sobre empréstimos e mútuos, que apresentou saldo líquido de R\$ 63,7 milhões em 2025.

As variações em ativos e passivos resultaram em consumo líquido de caixa de R\$ 56,1 milhões em 2025, montante 11,7% inferior ao consumo líquido de caixa nessa linha apurado no exercício anterior. Adicionalmente, o pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social, consumiu R\$ 46,0 milhões de caixa em 2025, montante é 115,0% superior a 2024, quando tal conta consumiu R\$ 21,4 milhões de caixa.

Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento

No exercício de 2025, o caixa líquido utilizado nas atividades de investimento da Companhia foi de -R\$ 184,7 milhões, reduzindo em 3,2% o consumo líquido de caixa frente ao verificado no ano anterior. Foi registrado o consumo de caixa líquido de R\$ 66,9 milhões em imobilizado e de R\$ 90,6 milhões referente a aplicações financeiras, como as principais contas que levaram ao resultado de consumo de caixa nas atividades de investimento. Comparado ao exercício anterior, o consumo de caixa líquido de investimento no imobilizado apresentou redução de 33,0% (ou de R\$ 33,0 milhões). Ao mesmo tempo, foram utilizados R\$ 90,6 milhões em aplicações financeiras, montante 61,0% superior (ou de R\$ 34,3 milhões) a 2024.

Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento

Considerando, principalmente, a utilização de ACCs (adiantamento de contrato de câmbio) no financiamento das operações, as parcelas recebidas da linha de crédito da Finep e a tomada de recursos no âmbito do Plano Brasil Soberano em 2025, a Companhia registrou geração de caixa líquido de 126,5 milhões no exercício, frente ao consumo líquido de caixa de R\$ 3,9 milhões em 2024.

Os principais movimentos nas atividades de financiamento foram: (i) a geração líquida de caixa de R\$ 1.815,0 milhões relativos a empréstimos tomados (redução de R\$ 378,9 milhões ante ao registrado em 2024); (ii) o consumo de caixa de R\$ 1.595,7 milhões com o pagamento de empréstimos (redução de R\$ 511,7 milhões em relação ao verificado no exercício anterior); e (iii) utilização de caixa líquido de R\$ 67,2 milhões para o pagamento de juros sobre empréstimos (comparado a uso de caixa de R\$ 47,9 milhões em 2024).

Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa

Como resultado dos fatores acima, houve redução líquida de R\$ 45,1 milhões no caixa da Taurus de 2025, tendo a Companhia encerrado o ano com saldo final de caixa e equivalentes de caixa de R\$ 67,5 milhões.

2.2 Os diretores devem comentar

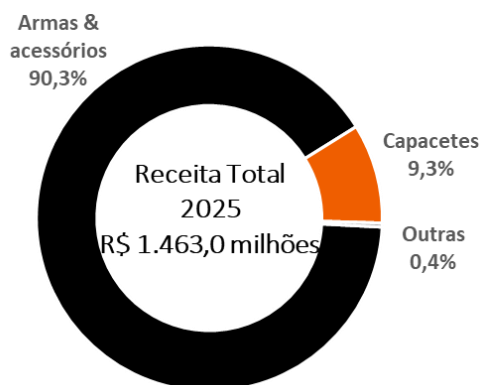
a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

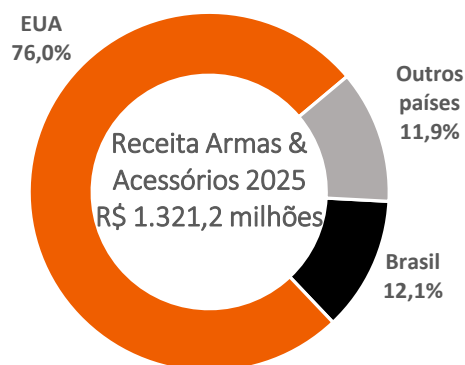
A Taurus é uma multinacional brasileira, cujo foco de atuação é a produção e comercialização de armas leves

– armas curtas (revólveres e pistolas de uso de segurança pública, privada, uso restrito militar e civil), armas longas (rifles, carabinas e espingardas), além de submetralhadoras -, com as marcas Taurus, Rossi e Heritage. As armas são fabricadas nas unidades da Companhia no Brasil e nos EUA, e vendidas para mais de 100 países, sendo que o mercado norte-americano é seu maior consumidor. A Companhia conta também com uma operação na Índia, por meio da *joint venture* JD Taurus, cuja unidade industrial iniciou a fabricação de lotes pilotos de armas em março de 2024.

Receita Total 2025 – por segmento



Receita de Armas & Acessórios 2025 – por mercado



As outras atividades da Taurus são a produção e comercialização de peças de metal injetado (M.I.M. – Metal Injection Molding), produção de carregadores em operação de *joint venture*, varejo de armas e acessórios por meio da loja AMTT Taurus e fabricação e comercialização de capacetes, a partir de subsidiária integral.

A maior parte da receita da Companhia é auferida em moeda estrangeira. No exercício de 2025, da receita total consolidada de R\$ 1.463,0 milhões, o mercado interno respondeu por 20,6% (R\$ 301,6 milhões) enquanto as vendas externas, considerando EUA e as exportações para outros países, totalizaram R\$ 1.161,4 milhões, ou 79,4% da receita total. Comparado ao exercício anterior, a receita consolidada apresentou recuo de 12,5%, a partir da diminuição de 15,6% na receita proveniente do mercado externo e aumento de 1,6% do mercado interno.

O principal segmento de atuação da Companhia – armas & acessórios – respondeu por 90,3% da receita operacional líquida consolidada, o que indica leve recuo de participação no total frente a 2024, quando representou 91,0%. O desempenho se deve, basicamente, à menor receita obtida nesse segmento face as condições de mercado – incluindo a imposição de tarifas pelos EUA que totalizaram 50% a partir de agosto de 2025. Com isso, o segmento de capacetes, cuja receita apresentou ligeira alta (+0,8%) ampliou sua participação na receita total de 8,1% em 2024 para 9,3% em 2025.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Foram dois os principais fatores que afetaram os resultados operacionais da Companhia em 2025: a imposição nos EUA de tarifas aos produtos importados, de 10% a partir de abril e adicionais de 40% a partir de agosto, totalizando tarifa de 50% sobre as vendas da Taurus para esse país; e (ii) as condições de mercado, em especial a demanda mais retraída nos EUA, maior destino das armas da Companhia.

Nos Estados Unidos o mercado foi marcado por instabilidade ao longo de 2025, impactado pelas tarifas de importação impostas pela administração Trump e pelas condições econômicas no país, com juros elevados e queda no consumo. Varejistas relataram antecipação do período sazonalmente mais fraco do verão e uma desaceleração mais prolongada do que a observada em anos anteriores, antes da melhora das vendas de fim de ano. Foi também verificado o avanço das vendas de armas usadas: a maioria dos varejistas indicou que essas vendas representaram entre 15% e 20% do total comercializado no ano —patamar significativamente acima da média histórica.

O Adjusted NICS (National Instant Criminal Background Check System) — indicador que aponta a intenção de compra de armas nos EUA, considerado um dos principais termômetros da atividade do setor no país —

encerrou o ano registrando o total de 14,6 milhões de consultas, resultado 4,1% inferior ao apurado no ano anterior, mantendo a tendência de recuo verificada nos últimos anos.

No Brasil, o mercado de armas leves manteve-se em patamar reduzido ao longo de 2025, ainda refletindo a revisão do marco regulatório iniciada em 2023, que trouxe restrições à aquisição, posse e porte por cidadãos civis e impactou a demanda. No segundo semestre de 2025, contudo, começaram a surgir os primeiros sinais de recomposição gradual da demanda, especialmente em função da maior estabilidade proporcionada pelas definições dos aspectos jurídicos e pela reorganização dos processos, agora sob responsabilidade da Polícia Federal. A Taurus acredita que esse ambiente legal mais claro, somado à normalização dos processos, poderá favorecer uma recuperação mais consistente do mercado interno nos próximos períodos, ainda que de forma gradual.

A produção de armas da Companhia em 2025 foi de 778 mil unidades, o que representa redução de 15,6% em relação ao total produzido em 2024, refletindo o ajuste às condições de demanda em seus principais mercados e à adequação operacional frente ao ambiente tarifário nos Estados Unidos.

Durante o ano, linhas de produção de famílias de pistolas e de modelos selecionados revólveres destinados ao mercado norte-americano foram transferidos da fábrica no Brasil para a unidade industrial da Taurus nos EUA, como estratégia de para mitigar os impactos tarifários. Isso levou ao aumento na participação das unidades fabricadas nos Estados Unidos sobre o total produzido, que passou de 24,0% em 2024 para 31,6% em 2025. Os produtos destinados ao mercado brasileiro e aos demais mercados internacionais continuaram sendo produzidos integralmente no Brasil. Com a recente mudança no cenário tarifário, as linhas de montagem de revólveres que haviam sido duplicadas foram novamente concentradas no Brasil a partir de março, enquanto as linhas de montagem de pistolas permanecem ativas nos Estados Unidos para atendimento daquele mercado.

Adicionalmente, as tarifas de importação nos Estados Unidos impuseram restrições à viabilidade econômica e logística da comercialização, pela Taurus, de armas longas de terceiros, que anteriormente representavam cerca de 20% das vendas da Taurus nesse país. Enquanto essas tarifas permaneceram em vigor, a Companhia conduziu a venda desses produtos no mercado norte-americano de forma controlada, concentrada nos estoques formados antes da alteração tarifária.

A recente reversão do cenário tarifário norte-americano ao final de fevereiro de 2026, reduz significativamente um dos fatores de pressão para a Taurus nesse mercado.

b) variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação.

Volume de vendas

A receita da Companhia foi impactada pelo menor volume de vendas de armas & acessórios no ano, em especial a redução de 21,1% no volume de vendas nos EUA, em relação ao ano anterior.

No acumulado de 2025, as vendas totalizaram 959 mil armas, volume 18,5% inferior ao verificado em 2024, principalmente refletindo o desempenho comercial nos Estados Unidos, em linha com a tendência de retração daquele mercado e, também, influenciadas pela tarifa adotada pelo governo norte-americano sobre produtos importados, de 10% a partir de abril e 40% adicionais a partir de agosto.

Com relação às armas longas, que são produzidas por terceiros, a estrutura tarifária vigente em 2025 tornou economicamente inviável sua exportação para os Estados Unidos, de modo que as vendas da Companhia nesse segmento foram bastante reduzidas, se concentrando nos estoques formados previamente às tarifas. Esse segmento representava, anteriormente, cerca de 20% das vendas da Taurus nos EUA. Com a reversão da tarifa de 50% a partir de final de fevereiro de 2026, a Companhia está retomando a comercialização regular de toda essa linha de produtos.

No total, as vendas da Taurus nos EUA passaram de 1.020 mil unidades em 2024 para 804 mil armas em 2025, o que representa retração de 21,2%. Ainda que impactada negativamente pelo ambiente tarifário, a performance da Taurus se manteve alinhada à dinâmica do setor.

Lançamentos

A inovação é um dos pilares estratégicos da Companhia e importante ferramenta para enfrentar as condições mais retraídas do mercado. Os novos produtos contribuem de forma relevante para os resultados, tendo representado, no exercício de 2025, 17,7% da receita líquida de armas & acessórios.

Preços

O preço médio por arma vendida pela Taurus em 2025 foi de R\$ 1.377,91, com elevação de 6,5%, comparado ao registrado no exercício anterior. A Companhia aplicou reajuste médio de 7% em julho/2025 sobre sua tabela de preços no mercado norte-americano, contribuindo para mitigar parte do efeito das tarifas de importação adotadas pelos EUA de 10%, a partir de abril/2025. Em agosto, o governo norte-americano impôs tarifa adicional de 40% aos produtos importados do Brasil, impactando negativamente o desempenho da Companhia.

Câmbio

Tendo sua receita proveniente principalmente de vendas realizadas no exterior (79,4% da receita operacional líquida consolidada e 87,9% da receita de armas & acessórios em 2025), a variação cambial exerce relevante influência sobre o resultado da Taurus. Ao contabilizar essas vendas em moeda nacional, existe o ganho ou a perda em razão da desvalorização ou valorização do real. Em 2025, a desvalorização da moeda nacional frente ao dólar norte-americano de 3,7% considerando a cotação média do dólar Ptax de 2025 em relação à 2024, influenciou de forma positiva a receita da Companhia.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.

Câmbio

A variação cambial tem impacto relevante sobre o desempenho consolidado da Taurus, atuando sobre a receita, dado que a maior parte das vendas de armas & acessórios é destinada a exportações, conforme comentado no item anterior. Assim, a desvalorização da moeda nacional resulta em aumento da receita quando convertida em reais e movimento oposto ocorre quando há valorização da moeda nacional.

O caixa da unidade norte-americana da Taurus, assim como seus custos e despesas, são realizados em dólares e, ao serem consolidados nos resultados da Companhia, são convertidos em moeda nacional, portanto, também sofrendo influência da variação cambial.

O efeito da taxa de câmbio sobre o resultado financeiro é relevante. O endividamento bancário da Companhia é, em sua maior parte, atrelado à moeda norte-americana. As variações cambiais, tanto ativas (receitas) como passivas (despesas), têm forte influência sobre o resultado financeiro da Companhia, uma vez que o dólar é a moeda original da maior parte de seu faturamento (79,4% em 2025), assim como também é a moeda na qual está registrada a maior parte de sua dívida bancária (65,8% em 31/12/2025). A desvalorização da moeda nacional se reflete na forma de variação cambial ativa (receita) sobre a carteira de clientes e sobre o caixa em dólares da subsidiária norte-americana, e na forma de variação cambial passiva (despesa) sobre as obrigações financeiras relativas à dívida bancária da Companhia em dólares. As variações cambiais, no entanto, são registros contábeis sem efeito caixa e incidem sobre contas de balanço, apuradas na data de encerramento do período, de modo que tal registro contábil considera a taxa de câmbio nessa data, e não a taxa média de câmbio do período.

Ao longo de 2025, houve maior oscilação cambial, ainda que com relativa estabilidade na cotação do dólar ao final dos trimestres. Dessa forma, observa-se uma dissociação entre os efeitos do câmbio no desempenho operacional e o impacto reconhecido no resultado financeiro. Entre 2025 e 2024, a variação da taxa de câmbio média do real frente ao dólar foi a desvalorização de 3,7%, enquanto, considerando as cotações de encerramento dos exercícios, o real apresentou valorização de 11,1%.

Em 2025, 75,5% das receitas financeiras e 50,0% das despesas financeiras da Companhia estavam relacionadas às variações cambiais ativas e passivas, conforme quadro a seguir. A receita financeira contábil registrada a título de variações cambiais ativas atingiu R\$ 126,7 milhões, resultado 56,2% superior ao

verificado em 2024. Ao mesmo tempo, as despesas financeiras relativas às variações cambiais passivas apresentaram redução de R\$ 91,0 milhões no mesmo período, passando de R\$ 178,2 milhões em 2024 para R\$ 87,2 milhões no último exercício. Assim, as variações cambiais contribuíram com saldo líquido de receita financeira de R\$ 40,4 milhões em 2025.

Já as receitas e despesas financeiras com juros e outros apresentaram saldo líquido negativo (despesa líquida) de R\$ 82,9 milhões no exercício de 2025, com simultânea diminuição das receitas e aumento das despesas frente ao apurado em 2024.

O desempenho financeiro líquido do ano é significativamente inferior ao apurado em 2024, quando foi registrada despesa líquida de R\$ 130,0 milhões, principalmente em função das fortes variações cambiais passivas verificadas naquele ano, quando a moeda nacional apresentou desvalorização de 27,9% (cotação do dólar frente ao real ao final do exercício: 2023: R\$ 4,84 | 2024: R\$ 6,19).

<i>R\$ milhões</i>	2025	2024	2025x2024 Var. %
(+) Receitas financeiras	167,8	127,4	31,7%
<i>Variações cambiais ativas</i>	<i>126,7</i>	<i>81,1</i>	<i>56,2%</i>
<i>Juros e outras receitas</i>	<i>41,1</i>	<i>46,3</i>	<i>-11,2%</i>
(-) Despesas financeiras	174,5	257,4	-32,2%
<i>Variações cambiais passivas</i>	<i>87,2</i>	<i>178,2</i>	<i>-51,1%</i>
<i>Juros e outras despesas</i>	<i>87,3</i>	<i>79,2</i>	<i>10,2%</i>
(+/-) Resultado financeiro líquido	-6,7	-130,0	-94,8%
Cotação dólar Ptax no final do período (R\$)	5,50	6,19	-11,1%

Inflação e dissídio

A inflação (IPCA) de 4,26% no acumulado de doze meses de 2025, assim como o dissídio anual concedido aos colaboradores, exerceram pressão sobre os custos e despesas da Companhia. Ainda assim, considerando a forte disciplina na gestão de seus custos, o custo dos produtos vendidos totalizou R\$ 960,8 milhões em 2025, o que representa recuo de -11,9% ante 2024.

2.3. Os diretores devem opinar:

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não se aplica, pois não houve mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2 com relação às demonstrações financeiras do exercício de 2024

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não se aplica, pois não houve opiniões modificadas ou ênfases no parecer do auditor com relação às demonstrações financeiras do exercício de 2024.

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Ampliar a atuação no mercado militar é um dos focos da estratégia de crescimento da Taurus. O objetivo é transformar a Taurus em uma das únicas empresas do mundo a ter um portfólio completo nos segmentos

civil e militar. Para tal, a Companhia está desenvolvendo portfólio militar, que deverá incluir armas de até calibre .50 BMG.

No início de abril, a Companhia participou da maior feira de defesa e segurança da América Latina – LAAD Defense & Security 2025 realizada no Rio de Janeiro. No evento, expôs, com exclusividade, protótipos de produtos da linha Taurus Military Products, com armas até o calibre .50 BMG, incluindo o inovador TAS – Tactical Air Soldier, projeto em desenvolvimento de um drone equipado com armamento tático.

O mercado de armas mundial movimentou mais de US\$ 41 bilhões no ano de 2023 e possui potencial para atingir o montante de US\$ 71,5 bilhões até o ano de 2031. A Taurus pretende se estabelecer como um fornecedor nesse grande segmento, capturando parcela desse mercado dentro de alguns anos e, assim, ampliar sua competitividade e receita.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Os estudos de viabilidade para constituição de *joint venture* da Taurus no Reino da Arábia Saudita, com a empresa Scopa Military, iniciado em julho de 2023 com assinatura de Memorando de Entendimentos não vinculante (MoU) foram encerrados em julho de 2025. A Companhia optou pela não renovação do MoU, decisão tomada após os estudos de viabilidade apontarem falta de sustentabilidade para o projeto, sobretudo pela ausência de compromisso de compra mínima por parte do governo saudita. O encerramento das negociações não teve impacto nas operações da Companhia.

Em abril de 2025, a Companhia firmou Memorando de Entendimentos (MoU) não vinculante com a empresa MertSav, da Turquia, com vistas a uma possível operação de aquisição do controle societário dessa empresa. Caso efetivada, a aquisição da MertSav na Turquia permitirá acelerar significativamente a expansão da Taurus no segmento de defesa, em linha com o projeto de desenvolvimento do portfólio militar da Companhia, com armas de até calibre .50 BMG (Taurus Military Products).

Na data deste Formulário, a Taurus segue avançando nas tratativas relacionadas à possível aquisição da MertSav. Essas tratativas evoluíram de forma consistente ao longo dos últimos meses e encontram-se em estágio avançado de avaliação e proposta. A criação da nova unidade de negócios dedicada ao mercado de defesa militar representa uma nova frente de crescimento para a Taurus.

c. eventos ou operações não usuais

Em 2025, o governo norte-americano adotou tarifas extraordinárias sobre produtos importados. No caso dos produtos da Taurus, essas tarifas foram de 10% a partir de abril, acrescidas de 40% a partir de agosto de 2025, totalizando 50%. Isso causou impacto sobre o desempenho da Companhia, uma vez que os EUA representam o principal mercado para as armas Taurus.

A partir da sinalização dessa medida, no começo de julho, foram intensificadas as análises e articulações para enfrentar seus efeitos, buscando preservar a competitividade da Taurus no mercado norte-americano. As principais linhas de atuação da Companhia nesse sentido envolveram: o reforço preventivo de estoques na unidade norte-americana; redução do preço de transferência Brasil – EUA, ajuste da logística de importação — passando a enviar kits de peças em vez de armas montadas —, duplicação de linhas de montagem entre Brasil e Estados Unidos e intensificação da atuação comercial.

Ainda frente à situação tarifária dos EUA, a Companhia negociou e obteve a cessão de créditos de ICMS com o governo do Rio Grande do Sul, visando fortalecer o caixa da Companhia. Obteve, também, acesso a recursos (R\$ 150 milhões) do BNDES no âmbito do Plano Brasil Soberano.

Adicionalmente, foram realizadas tratativas diplomáticas em busca de uma solução negociada para a questão e contratado escritório de *lobby* nos EUA para defender os interesses da Taurus junto ao governo norte-americano.

As tarifas de importação nos Estados Unidos em 2025 também levaram a restrições à viabilidade econômica e logística da comercialização, pela Taurus, de armas longas de terceiros, que anteriormente

representavam cerca de 20% das vendas da Companhia nesse país. Enquanto essas tarifas permaneceram em vigor, a Companhia conduziu a venda desses produtos no mercado norte-americano de forma controlada, concentrada nos estoques formados antes da alteração tarifária.

Ao final de fevereiro de 2026 a Suprema Corte dos Estados Unidos considerou ilegal a estrutura tarifária de 50% anteriormente imposta. Com isso, o governo norte-americano estabeleceu uma nova tarifa temporária de 10%, aplicada de forma linear e equilibrada entre os países. A medida entrou em vigor em 24/02/2026 e representa um avanço importante para o restabelecimento de condições mais justas de competição no maior mercado mundial de armas leves. Para a Taurus, essa decisão corrige uma distorção competitiva relevante enfrentada ao longo de 2025 e reforça diretamente nossa competitividade no mercado norte-americano, principal destino de nossas vendas.

Com a declaração de ilegalidade da tarifa anterior, a Taurus passa a ter direito ao reconhecimento de crédito tributário referente às tarifas adicionais recolhidas durante o período de vigência da medida. A estimativa da Taurus é que cerca de US\$ 18 milhões pagos em tarifas adicionais possam retornar para a caixa da Companhia.

As linhas de montagem – pistolas, incluindo toda a família G, bem como modelos selecionados de revólveres –, duplicadas na unidade norte-americana em 2025 era voltada exclusivamente para a produção de armas destinadas ao mercado norte-americano. Os produtos destinados ao mercado brasileiro e aos demais mercados internacionais continuaram sendo produzidos integralmente no Brasil. Com a mudança no cenário tarifário, a partir de março de 2026, as linhas de montagem de revólveres foram novamente concentradas no Brasil, enquanto as linhas de montagem de pistolas permanecem ativas nos Estados Unidos para atendimento daquele mercado.

2.5 Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve

a. informar o valor das medições não contábeis

Ebitda (ou Lajida)

No Relatório da Administração que acompanha as Demonstrações Financeiras, assim como em relatórios trimestrais de resultados e neste Formulário de Referência, a Companhia divulga o indicador conhecido como Ebitda, sigla em inglês para lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização – Lajida em português e sua margem sobre a receita operacional líquida. Tal indicador não é uma medida financeira segundo o BR GAAP, as Normas Internacionais de Contabilidade ou o IFRS e não deve ser considerado isoladamente como medida de desempenho operacional ou alternativa ao fluxo de caixa operacional como medida de liquidez. O Ebitda ou Lajida é uma medida gerencial, apresentado de forma a oferecer informações adicionais sobre a geração operacional de caixa. Outras empresas podem calcular o Ebitda ou Lajida de maneira diferente da aqui apresentada.

A margem Ebitda (Lajida) é a razão entre o indicador e a receita operacional líquida do período.

2024	1T24	2T24	3T24	4T24	Exercício 2024
Ebitda (R\$ milhões)	64,6	56,2	42,2	89,6	252,6
Margem Ebitda	14,4%	13,8%	11,7%	19,7%	15,1%
Ebitda ajustado (R\$ milhões) *	-	57,8	-	89,9	254,5
Margem Ebitda ajustado*	-	14,2%	-	19,7%	15,2%

**Desconsidera despesas sociais extraordinárias com ajuda durante as enchentes no Rio Grande do Sul (2T24: R\$ 1,6 milhão; 4T24: R\$ 0,3 milhão)*

2025	1T25	2T25	3T25	4T25	Exercício 2025
Ebitda (R\$ milhões)	7,0	49,2	49,8	0,0	106,0
Margem Ebitda	2,0%	12,2%	15,6%	-	7,2%

Endividamento e alavancagem financeira

A Companhia considera, em suas divulgações incluindo este Formulário, o conceito não contábil de dívida bancária bruta e dívida bancária líquida, sendo a diferença entre as duas o valor registrado na data do balanço no Ativo Circulante em Caixa e equivalentes de caixas e Aplicações financeiras.

Adicionalmente, é utilizado o indicador Dívida líquida / Ebitda (Lajida) para avaliar o grau de alavancagem financeira da Companhia. O resultado indica quanto anos seriam necessários para a geração de caixa medida pelo Ebitda (ou Lajida) seria suficiente para pagar a totalidade da dívida líquida da Companhia.

	31/12/25	31/12/24
Dívida líquida/Ebitda (vezes)	5,40 Com a geração de caixa medida pelo Ebitda do exercício de 2025, seriam necessários 5,4 anos, ou seja, 5 anos e 3 meses, para liquidar a totalidade da dívida líquida bancária registrada em 31/12/2025.	1,80 Com a geração de caixa medida pelo Ebitda do exercício de 2024, seria necessário 1,8 ano, ou seja, um ano e um mês e meio, para liquidar a totalidade da dívida líquida bancária registrada em 31/12/2024.

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Ebitda

A tabela a seguir demonstra, a partir de dados das demonstrações do resultado, como foram calculados o Ebitda e, em 2024, o Ebitda ajustado desconsiderando as despesas de apoio social durante o período de enchentes no Rio Grande do Sul.

R\$ milhões	2025	2024	2025x2024 Var. %
Resultado líquido	17,7	76,6	-76,9%
Impostos	27,8	2,4	1058,3%
Resultado financeiro líquido	6,7	130,0	-94,8%
Depreciação e amortização	53,8	43,6	23,4%
Ebitda	106,0	252,5	-58,0%
<i>Margem Ebitda</i>	<i>7,2%</i>	<i>15,1%</i>	<i>-7,9 p.p.</i>
Despesas de ajuda social (enchentes)	0,0	1,9	-
Ebitda ajustado	106,0	254,4	-58,3%
<i>Margem Ebitda ajustado</i>	<i>7,2%</i>	<i>15,2%</i>	<i>-8,0 p.p.</i>

Endividamento e alavancagem financeira

A tabela a seguir, apresenta os dados de balanço auditados utilizados para cálculo da dívida bruta e dívida líquida bancária da Companhia.

R\$ milhões	31/12/2025	31/12/2024	Var. %
Empréstimos e financiamentos	235,1	0,3	-
Taurus Armas S.A.	65,1	0,3	-
Taurus USA	170,0	0,0	-
Saques cambiais	427,0	554,0	-22,9%
Curto prazo	662,1	554,3	19,4%
Empréstimos e financiamentos	245,2	193,2	26,9%
Taurus Armas S.A.	245,2	154,4	58,8%
Taurus USA	0,0	38,8	-
Longo prazo	245,2	193,2	26,9%
Endividamento bruto	907,3	747,5	21,4%
Caixa e aplicações financeiras	335,3	289,9	15,7%
Endividamento líquido	572,0	457,7	25,0%

O grau de alavancagem financeira é medido a partir da divisão do valor do endividamento líquido no final do período pelo Ebitda ajustado do exercício (cálculo indicado acima). Assim, temos:

	31/12/25	31/12/24
Dívida bancária líquida (R\$ milhões)	572,0	457,7
Ebitda ou Lajida (R\$ milhões)	106,0	254,5
Dívida líquida/Ebitda(vezes)	5,40	1,80

c) explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia utiliza o Ebitda (sigla em inglês para lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização), ou Lajida, como medida do desempenho operacional. Entendemos que esse indicador representa medida adequada com relação à capacidade de gerar recursos a partir das atividades operacionais da Companhia, sem considerar os impactos das operações financeiras, do pagamento de impostos e dos ajustes contábeis.

O ajuste realizado no cálculo do Ebitda do exercício de 2024 expurga despesas não recorrentes, relativas a apoio social prestado pela Taurus durante as enchentes que ocorreram no Rio Grande do Sul, Estado onde está localizada a sede da Companhia. Tais despesas, classificadas nas demonstrações de resultado da Companhia como despesas operacionais, foram excluídas do cálculo uma que não são relacionadas ao desempenho das atividades operacionais da Taurus.

O indicador é também amplamente utilizado por investidores e analistas para avaliar o desempenho das operações e comparar o desempenho entre diferentes Companhias, ainda que não represente a real geração de caixa da Companhia e, portanto, não dever ser usado como tal.

A dívida líquida bancária expressa o valor total de dívida que a Companhia mantém com instituições financeiras, deduzindo desse montante os valores que a Companhia tem disponível, representados pelo saldo das contas de Caixa e equivalentes de caixa do Ativo circulante e de Aplicações financeiras avaliadas ao custo amortizado que, ainda que estejam classificadas no Ativo não circulante, representam o saldo de aplicações caso resgatadas na data do encerramento do balanço. O indicador é utilizado no mercado para avaliar o endividamento da Companhia com instituições financeiras.

O grau de alavancagem financeira medido pela dívida líquida / Ebitda ajustado, que utiliza os dois indicadores comentados acima, dividindo o primeiro pelo segundo, medindo o quanto da geração de caixa operacional (Ebitda ajustado) da Companhia seria necessário para quitar integralmente a dívida líquida na data. Indica, portanto, o quanto a Companhia está alavancada com dívida financeira em relação à sua capacidade de geração de caixa a partir das atividades operacionais. Assim, como a Taurus encerrou o exercício de 2024

com esse índice de alavancagem em 1,83, o Ebitda gerado em período equivalente a 1,83 ano, ou cerca de 22 meses, seria suficiente para quitar integralmente a dívida líquida bancária registrada em 31/12/2024.

Esse indicador de medição de alavancagem financeira é bastante utilizado por investidores e analistas para avaliar a capacidade da Companhia em cumprir com suas obrigações perante as instituições financeiras, assim como para comparar a situação financeira de diferentes empresas.

2.6 - Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Não se aplica, pois não ocorreu qualquer evento subsequente à 31/12/2025 que tenha alterado substancialmente as demonstrações financeiras do exercício.

2.7 - Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando

a. Regras sobre retenção de lucros

As regras sobre retenção de lucros estão previstas no Capítulo VI - Exercício Social e Distribuição e Retenção de Lucros, artigos 38 a 40 do Estatuto Social da Companhia.

Nos termos do artigo 38, do resultado obtido ao final do exercício serão descontados eventuais prejuízos acumulados, caso existam, assim como o montante correspondente à provisão para o imposto de renda, antes de qualquer distribuição de participação.

Após as mencionadas deduções, o Conselho de Administração, em conformidade com a legislação societária, poderá destinar uma participação nos lucros aos administradores, limitada a 10% dos lucros remanescentes e sem ultrapassar sua remuneração global anual.

Para que os administradores façam jus a essa participação, é necessário que os acionistas recebam o dividendo obrigatório conforme artigo 39, parágrafo 1º do Estatuto Social. O valor destinado será distribuído entre os administradores conforme deliberação do Conselho de Administração.

O lucro líquido resultante será diminuído ou acrescido dos seguintes valores, conforme estabelecido pela Lei nº 6.404/76 (Lei das S.A.):

- I. 5% (cinco por cento) destinados à reserva legal;
- II. importância destinada à formação da reserva para contingências e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores; e
- III. importância destinada para formação da reserva de incentivos fiscais.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi apurado lucro de R\$ 17.673.527,20 (dezessete milhões seiscentos e setenta e três mil quinhentos e vinte e sete reais e vinte centavos), o qual foi destinado para reserva legal (5% do lucro líquido), ajuste de avaliação patrimonial, distribuição de dividendos obrigatórios (35% do lucro líquido) e reserva de lucros/reserva estatutária.

b. Regras sobre distribuição de dividendos

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a distribuição a título de dividendo aos acionistas é em quantia não inferior a 35% (trinta e cinco por cento) do lucro líquido ajustado (distribuível) na forma do art. 40 Parágrafo 1º e a Companhia poderá, ainda, pagar juros sobre o capital próprio, na forma e limites da legislação aplicável.

c. Periodicidade das distribuições de dividendos

Ao final do exercício social de cada ano, são levantadas as demonstrações financeiras da Companhia, as

quais são submetidas ao Conselho de Administração e à Assembleia Geral.

Juntamente com as demonstrações do exercício, o Conselho de Administração apresenta à Assembleia Geral Ordinária uma proposta sobre a destinação do lucro líquido, conforme previsto no Estatuto e na legislação aplicável. Além da distribuição de dividendos anuais, há a possibilidade de distribuição de dividendos intercalares, com base nos lucros apurados em balancetes levantados ao longo do exercício, assim como de dividendos intermediários utilizando lucros acumulados ou reservas disponíveis. A Companhia também pode efetuar o pagamento de juros sobre o capital próprio, respeitando os limites legais. Qualquer valor distribuído a título de dividendos intercalares, intermediários ou juros sobre o capital próprio será considerado parte do dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício em que ocorrer a distribuição.

d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não há restrições à distribuição de dividendos, além daquelas estabelecidas pela Lei das S.A. e no Estatuto Social, conforme detalhado neste item 2.7 do Formulário de Referência, bem como das restrições estabelecidas no Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 25.9.0179.1 firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, abaixo elencadas:

XII – não distribuir aos acionistas dividendos nem juros sobre capital próprio referentes ao(s) exercício(s) financeiro(s) de 2025, 2026 e 2027 acima do mínimo obrigatório, nos termos da legislação societária e do disposto no Parágrafo Nono;

XIII – não distribuir aos sócios ou acionistas lucros, dividendos ou juros sobre capital próprio acumulados em rubrica do Balanço Patrimonial como reserva de qualquer tipo e de juros sobre o capital próprio referentes a exercícios anteriores à data da formalização deste Contrato, durante o(s) exercício(s) financeiro(s) de 2025 e 2026;

XIV – não reduzir o seu capital social, durante o(s) exercício(s) financeiro(s) de 2025 e 2026;

e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, sendo as práticas sobre o tema definidas no Estatuto Social da Companhia, conforme informações apresentadas neste item 2.7.

2.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, evidenciando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como: i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos; ii) contratos futuros de compra e venda de produtos ou serviços; iii) contratos de construção não terminada; e iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica, pois não existem informações a reportar em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 que não estejam evidenciados nas demonstrações financeiras.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as

despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**b. natureza e o propósito da operação****c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não se aplica pois não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, encerradas em 31 de dezembro de 2025.

2.10. Comentário dos diretores sobre principais elementos do plano de negócios da Companhia, explorando especificamente os seguintes tópicos:**a. Investimentos, incluindo:****i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

Os planos de negócios da Companhia são elaborados a partir de sondagens efetuadas nos mercados de atuação que servem de base para o planejamento de produtos, processos industriais, investimentos, projeções de rentabilidade, retorno de capital investido e fonte de suprimento de recursos. Por serem projeções e perspectivas de negócios, envolvem riscos, incertezas e premissas, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer.

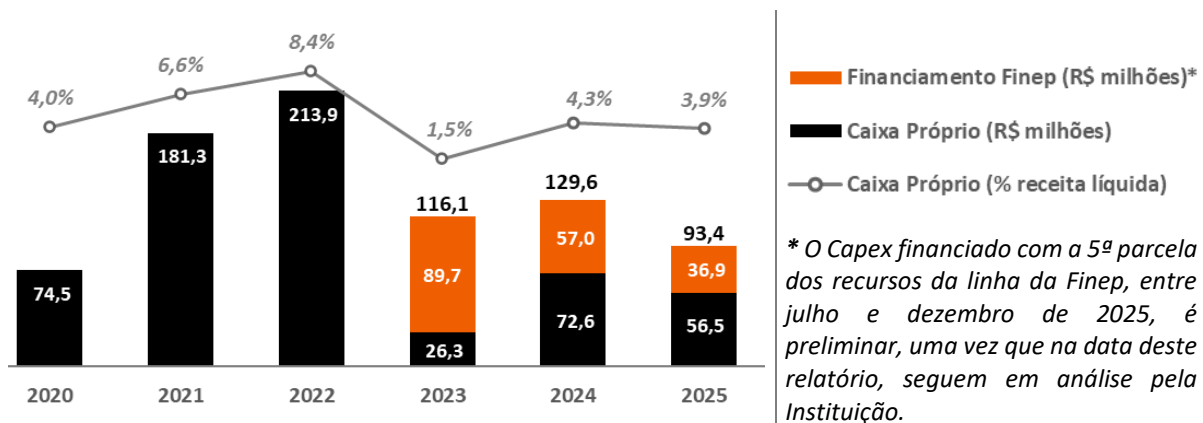
A partir de 2023, a Taurus reduziu o volume de investimentos, uma vez que, entre os anos de 2019 e 2022, a Companhia realizou a maior parte dos projetos voltados para a melhoria de processos e modernização fabril. No decorrer desses anos, os investimentos totalizaram R\$ 654,0 milhões, sendo que, até 2022, a totalidade dos recursos (R\$ 537,9 milhões) destinados aos investimentos foram financiados exclusivamente com geração de caixa própria. A partir de 2023, a Companhia passou a utilizar também os recursos obtidos junto à Finep para financiar seus investimentos.

A linha de crédito da Finep é destinada ao financiamento de 90% do “Plano Estratégico de Inovação para Competitividade da Taurus”, principalmente atrelado à construção de espaço exclusivo para o Centro Integrado de Tecnologia e Engenharia – CITE, que mantém equipe de colaboradores com formação em diferentes áreas da engenharia voltada a atividades de P&D de produtos, materiais e processos. O novo prédio contará com laboratórios metrológicos e metalúrgicos, espaço de testes, ferramentaria dedicada ao desenvolvimento de novos produtos e espaço de *tryout* (desenvolvimento de novos processos) com laboratórios de automação e de implementação de novas tecnologias com foco no conceito IoT. Dado a relevância da tecnologia no cenário atual, o P&D representa um alicerce da estratégia da Taurus, de modo que manter uma área bem estruturada em termos de pessoal, instalações e estrutura dedicadas à inovação de seus produtos e atualização de seus processos e ferramentas é um meio de garantir sua relevância no mercado mundial e seu crescimento sustentável.

Em 2025, a Taurus realizou investimentos totais de R\$ 93,4 milhões, dos quais R\$ 36,9 milhões (39,5%) foram realizados com recursos da linha de crédito de inovação da Finep. Os demais R\$ 56,5 milhões (60,5%) investidos no ano foram financiados com recursos da geração própria de caixa da Companhia. Ressalta-se que, até a data deste Formulário, investimentos realizados no segundo semestre do ano, que somam R\$ 23,4 milhões, correspondem à 5ª parcela da linha de crédito da Finep, permanecem em análise pela Instituição até a data deste relatório

A maior parte dos investimentos realizados em 2025 foi direcionada à aquisição de máquinas, equipamentos e ferramentas, representando 68,9% do total investido no período, seguido em relevância pelo desenvolvimento de novos produtos respondeu por 25,0%.

Capex (R\$ milhões) e representatividade do Capex financiado com geração própria na receita líquida



A Taurus também investe em inovação nos processos de gestão, de forma a garantir eficiência e confiabilidade de seus números. Em 2024, foi realizado o trabalho de implantação do SAP na Taurus USA. Foram 11 meses de trabalho intenso, com o empenho de mais de 60 colaboradores no Brasil e nos EUA, que exigiu a parada programada nas atividades de produção naquele país durante os primeiros quinze dias do ano de 2025, quando, então, se deu seu “go-live”.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

A maior parte dos investimentos realizados entre 2019 e 2022 haviam sido financiados com recursos próprios a partir da forte geração de caixa da Companhia. Em março/2023, após exigente processo de avaliação, a Taurus obteve a aprovação de linha de crédito da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos, como Empresa Pública vinculada ao Ministério do Planejamento), em condições bastante vantajosas para a Companhia. A linha de crédito da Finep é voltada exclusivamente para inovação, e será direcionada para o financiamento de 90% do Plano Estratégico de Inovação para Competitividade (PEI) da Taurus.

O montante de financiamento aprovado, com liberação em seis parcelas semestrais, é de R\$ 175,7 milhões, o que representa 90% do valor total do Projeto. Até 31/12/25, a Companhia tinha recebido cinco parcelas dessa linha de crédito da Finep.

Em 2025, a Taurus obteve R\$ 150,0 milhões no âmbito do Plano Brasil Soberano, com condições e taxa de juros bastante favoráveis, que reforçaram o caixa da Companhia e podem ser destinados, além de outros usos, para financiar investimentos.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia segue na busca da realização da venda dos ativos imobiliários fora de uso, com destaque para a área da antiga fábrica de Porto Alegre.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que possam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Em 2024 a Companhia recebeu o novo forno elétrico contínuo de M.I.M (Metal Injection Modeling). O processo de M.I.M. é uma tecnologia quase final para a produção de dispositivos de formas complexas com alto rendimento. O equipamento de última geração adquirido permite a utilização de maior gama de ligas metálicas, proporcionando redução de custos, maior eficiência e ganho de produtividade. Isso permitirá dobrar a capacidade instalada atual do M.I.M., criando a possibilidade de gerar novos negócios para atender diversos segmentos industriais, como de *medical devices* e automação industrial, em nível global.

c. novos produtos e serviços, indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Criado em 2019, o Centro Integrado de Tecnologia e Engenharia Brasil/EUA (CITE) é peça chave da estratégia da Taurus, contando com 250 engenheiros nas áreas de produtos, processos e qualidade. O CITE unificou a engenharia da Taurus nos dois países, com a equipe dos EUA tendo como missão identificar as demandas do consumidor em termos de inovação e a equipe do Brasil, transformar isso em produtos com qualidade e baixo custo de produção. Os projetos do CITE continuarão acontecendo, de modo a oferecer ao mercado produtos inovadores, de qualidade e sempre pautados no compromisso da Taurus com a excelência.

A estratégia para manter o destaque da Taurus no mercado mundial de armas envolve o foco na inovação, com investimento no desenvolvimento de tecnologia de materiais, de produtos, de processos e de equipamentos que garantam crescente qualidade e eficiência na linha de produção. Os investimentos em P&D se transformam, cada vez mais, em aspectos que consolidam a diferenciação da Taurus no mercado mundial. Os frequentes lançamentos, especialmente nas feiras internacionais de defesa e segurança, fazem parte da estratégia de atrair crescente interesse do consumidor pelos produtos da Taurus.

A diversificação e expansão no segmento de defesa militar – Taurus Military Products – é a principal vertente de crescimento à qual a Companhia vem se dedicando. A ampliação de sua linha de produtos e consolidação da Taurus nesse segmento de atuação, pode envolver um processo de M&A, o que permitiria acelerar seu posicionamento no mercado mundial de defesa militar. Na data deste Formulário, a Taurus segue em tratativas com a empresa MERTSAV, na Turquia, com vistas a uma possível aquisição. Essas tratativas evoluíram de forma consistente ao longo dos últimos meses e encontram-se em estágio avançado de avaliação e proposta.

Em 2025, a Taurus destinou R\$ 23,3 milhões, o que representa 24,9% dos investimentos realizados no ano, para o desenvolvimento de novos produtos.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A Taurus orienta sua estratégia de longo prazo por meio do Modelo Taurus de Gestão, nesse modelo, a sustentabilidade é reconhecida como um elemento estratégico para geração contínua de valor. Desde a divulgação do primeiro relatório, em 2023, a companhia vem avançando de forma consistente na agenda ESG, incorporando práticas sustentáveis às decisões corporativas e estimulando a inovação responsável.

As pessoas são o núcleo do Modelo Taurus de Gestão, e a Taurus possui programas específicos de capacitação de seus colaboradores para assumir esse protagonismo, desenvolvendo habilidades essenciais para seu crescimento. A tecnologia e a inovação complementam essa base, impulsionando avanços constantes em produtos, processos, materiais e automação, que, combinados ao conhecimento técnico das equipes, fortalecem o desenvolvimento e o futuro da companhia.

A qualidade integrada conecta todos esses elementos, envolvendo fornecedores para assegurar produtos seguros e confiáveis. Ao mesmo tempo, a inteligência logística garante que cada item seja entregue corretamente, no prazo e na quantidade ideal, mantendo a eficiência operacional. A produção robusta, por sua vez, proporciona estabilidade, elevada produtividade e alto padrão de excelência.

Todos esses componentes convergem para o “Norte estratégico” da Companhia, que integra a perspectiva do cliente à visão da Taurus. É a união entre pessoas, tecnologia, inovação, qualidade, logística e produção que sustenta a satisfação dos clientes e reforça a liderança global da companhia em seu setor, em consonância com as melhores práticas ESG.

Anexo C*Proposta de destinação do Lucro Líquido, na forma do Anexo A da Resolução CVM 81/2022***Destinação do lucro líquido****1. Lucro líquido do exercício**

A Taurus encerrou o exercício de 2025 com o lucro líquido de R\$ 17.673.527,20 (Dezessete milhões, seiscentos e setenta e três mil, quinhentos e vinte e sete reais e vinte centavos).

2. Montante global e valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.

A Companhia não realizou pagamento antecipado de dividendos ou juros sobre o capital próprio referente ao exercício de 2025.

É proposta a distribuição de dividendos equivalentes a 35% do lucro, resultando em R\$ 433.108,24 (Quatrocentos e trinta e três mil, cento e oito reais e vinte e quatro centavos).

- Valor por ação ON e PN: R\$ 0,0031114 (*)

R\$	Montante global	Valor por ação (*)	
		Preferencial (PN)	Ordinária (ON)
Total dividendos relativos ao exercício encerrado em 31/12/2025	R\$ 433.108,24	R\$ 0,0031114	R\$ 0,0031114

(*) Esse valor pode ser ajustado em função de eventual variação no número de ações em circulação na data-base para fins de distribuição.

3. Percentual do lucro líquido do exercício distribuído

A remuneração aos acionistas que está sendo proposta, a ser paga na forma de dividendos referente ao resultado no exercício de 2025, totalizará 35% do lucro líquido ajustado após a constituição de reserva legal, reserva de incentivos fiscais e ajuste de avaliação patrimonial, conforme estabelecido no Artigo 40 do Estatuto Social da Taurus.

4. Montante global e valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não foram distribuídos dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

- a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

	Montante global	Valor por ação	
		Preferencial (PN)	Ordinária (ON)
Dividendos propostos (35% do lucro líquido ajustado)	R\$ 433.108,24	R\$ 0,0031114	R\$ 0,0031114

Nos termos da Lei nº 15.270/2025, os dividendos pagos a partir de 1º de janeiro de 2026 poderão estar sujeitos à retenção de imposto de renda na fonte, conforme aplicável ao perfil do acionista e aos valores distribuídos. Para maiores informações, vide texto da Proposta da Administração.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

O pagamento do dividendo será feito à vista, sendo disponibilizado no dia 15/06/2026, considerando o domicílio bancário cadastrado no Banco Itaú Unibanco S.A., escriturador das ações da Companhia.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não está sendo proposta a atualização monetária ou o pagamento de juros sobre o valor dos dividendos.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Para o pagamento dos dividendos propostos será considerada a base acionária de 29 de abril de 2026.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores**a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados****b. Informar a data dos respectivos pagamentos**

Não se aplica, pois não foram declarados dividendos ou juros sobre o capital próprio com base em resultados de períodos menores.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:**a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores**

Exercício	Lucro do exercício (R\$)	Lucro por ação (R\$/ação)	
		Preferencial (PN)	Ordinária (ON)
2025	17.673.527,20	0,13124	0,13113
2024	76.592.317,21	0,60707	0,60637
2023	152.789.619,55	1,20436	1,21076
2022	519.983.842,60	4,40376	4,10618

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

	Montante global (R\$)	Valor por ação (R\$)	
		Preferencial (PN)	Ordinária (ON)
Dividendos pagos referente ao exercício findo em 31/12/2023			
Dividendos equivalentes a 35% do lucro líquido ajustado	50.989.783,59	0,4034	0,4034
Dividendos pagos referente ao exercício findo em 31/12/2024			
Dividendos equivalentes a 35% do lucro líquido ajustado	25.645.503,66	0,2030340	0,2030340
Dividendos pagos referente ao exercício findo em 31/12/2025			
Dividendos equivalentes a 35% do lucro líquido aiustado	433.108,24	0,0031114	0,0031114

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal**a. Identificar o montante destinado a reserva legal**

Será destinado a reserva legal o montante de R\$ 883.676,36 (Oitocentos e oitenta e três mil, seiscentos e setenta e seis reais e trinta e seis centavos), equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício encerrado em 31/12/2025.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Lucro líquido do exercício de 2025: R\$ 17.673.527,20 (Dezessete milhões, seiscentos e setenta e três mil, quinhentos e vinte e sete reais e vinte centavos).

Reserva legal de 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício: R\$ 883.676,36 (Oitocentos e oitenta e três mil, seiscentos e setenta e seis reais e trinta e seis centavos).

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos**a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos****b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos****c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa****d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais****e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe**

Não se aplica, pois a Companhia não possui ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.

10. Em relação ao dividendo obrigatório**a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto**

O Estatuto da Taurus, em seu Artigo 38, estabelece que, do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto de renda.

Quando houver saldo para distribuição de resultados, como é o caso com relação aos resultados do exercício de 2025, o Estatuto estabelece que, feitas as deduções acima citadas, por deliberação do Conselho de Administração e observada a legislação societária, poderá ser destacada uma participação aos administradores, em montante equivalente a até 10% dos lucros remanescentes, a qual não poderá ultrapassar a sua remuneração global anual.

O lucro líquido resultante será diminuído ou acrescido dos seguintes valores, de acordo com a Lei nº 6.404/76 e suas alterações: (i) 5% (cinco por cento) destinados à reserva legal; (ii) importância destinada à formação da reserva para contingências e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores; e (iii) importância destinada para formação da reserva de incentivos fiscais.

Do lucro líquido ajustado conforme descrito, será distribuída aos acionistas, a título de dividendos, quantia não inferior a 35% (trinta e cinco por cento). As informações sobre a distribuição e retenção de lucros constam do Capítulo VI do Estatuto Social da Companhia, "Exercício Social e Distribuição e Retenção de Lucros".

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Nos termos da proposta, o dividendo obrigatório será pago integralmente.

c. Informar o montante eventualmente retido

A proposta não considera retenção do dividendo mínimo obrigatório.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia**a. Informar o montante da retenção**

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não se aplica, pois a proposta de distribuição dos resultados referente ao exercício de 2025 não prevê retenção do dividendo obrigatório.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências**a. Identificar o montante destinado a reserva****b. Identificar a perda considerada provável e sua causa****c. Explicar por que a perda foi considerada provável****d. Justificar a constituição da reserva**

Não se aplica, pois não há destinação de resultado para reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar**a. Informar o montante destinado a reserva de lucros a realizar****b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva**

Não se aplica, pois não há destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias**a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva**

O Estatuto Social prevê a existência de reserva estatutária, nos termos abaixo:

Artigo 41. A parcela dos lucros que remanescer após as deduções previstas nos artigos anteriores, observada proposta da administração, será destinado para a constituição de reserva para investimentos, com a finalidade de preservar a integridade do patrimônio social, fazer frente a planos de investimentos e acréscimo de capital de giro, inclusive por meio de amortizações de dívidas, permitir programas de recompra de ações de emissão da Companhia, viabilizar planos de outorga de opções de compra de ações e de outros benefícios aos administradores e/ou empregados da Companhia ou de sociedades sob seu controle, permitir a absorção de prejuízos, sempre que necessário, e permitir a distribuição de dividendos a qualquer momento.

Parágrafo Único - O saldo dessa reserva, em conjunto com as demais reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o valor do capital social realizado. Atingido esse limite, a Assembleia deverá destinar o excesso à integralização ou aumento do capital social, ou à distribuição de dividendos.

b. Identificar o montante destinado a reserva

O montante destinado a reserva estatutária será de R\$ 804.343,86 (oitocentos e quatro mil trezentos e quarenta e três reais e oitenta e seis centavos).

c. Descrever como o montante foi calculado

O montante foi calculado a partir da destinação do saldo remanescente do lucro líquido após as destinações obrigatórias.

Proposta da Administração para destinação do lucro líquido	Em Reais
Lucro líquido do exercício	17.673.527,20
Destinações:	
Constituição reserva legal	(883.676,36)
Constituição reserva incentivos fiscais	(16.017.407,76)
Ajuste de avaliação patrimonial	465.009,02
Base para distribuição de dividendos	1.237.452,10
Dividendos obrigatórios (35%)	433.108,24
Dividendos obrigatórios por ação	0,00
Reserva de lucros	804.343,86
Reserva estatutária	(804.343,86)
Lucros Acumulados	-

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não se aplica, pois não há retenção com base em orçamento de capital.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

Após as destinações obrigatórias, a administração propõe a destinação do montante de R\$ 16.017.407,76 (dezesesseis milhões, dezessete mil, quatrocentos e sete reais e setenta e seis centavos) para a reserva de incentivos fiscais, nos termos do art. 195-A da Lei nº 6.404/76 e do artigo 40 do Estatuto Social, com base no lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

b. Explicar a natureza da destinação

Incentivo fiscal para propiciar a manutenção das atividades industriais das empresas no Estado do RS, visando a manutenção de empregos e o parque fabril especializado, bem como a realocação da unidade industrial matriz do município de Porto Alegre para o município de São Leopoldo, devido ao crescimento urbano em Porto Alegre, a preservação e reparação ambiental e a consequente reurbanização da área desocupada.

Anexo D

Informações sobre os candidatos indicados para o Conselho Fiscal, nos termos dos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência, previsto no Anexo C da Resolução CVM 80/2022, conforme alterada

7.3 - Composição e Experiência Profissional dos candidatos ao Conselho Fiscal (Itens 7.3.l e 7.3.m são apresentados após os quadros com os candidatos)

CANDIDATOS AO CONSELHO FISCAL INDICADOS PELA ADMINISTRAÇÃO

Nome	Alex Leite do Nascimento (TITULAR)	Benjamin Teixeira Dourado (SUPLENTE)	Haroldo Zago (TITULAR)	Heldo Jorge dos Santos Pereira Junior (SUPLENTE)	Mauro César Medeiros de Mello (TITULAR)	Nildo Teixeira Freire (SUPLENTE)
Data nascimento	26/03/1976	09/05/1956	10/10/1945	01/01/1968	22/02/1949	13/11/1951
Profissão	Contador	Economista	Administrador	Advogado	Economista	Contador
CPF	073.778.627-26	812.032.508-78	206.982.758-53	391.017.545-72	097.687.857-72	324.026.787-04
Cargo eletivo a que é candidato	C.F. (Efetivo) Indicado pela administração	C.F. (Suplente) Indicado pela administração	C.F. (Efetivo) Indicado pela administração	C.F. (Suplente) Indicado pela administração	C.F. (Efetivo) Indicado pela administração	C.F. (Suplente) Indicado pela administração
Data prevista p/ eleição	29/04/2026	29/04/2026	29/04/2026	29/04/2026	29/04/2026	29/04/2026
Data prevista da posse	29/04/2026	Posse a ser realizada apenas em caso de vacância no Conselho Fiscal	29/04/2026	Posse a ser realizada apenas em caso de vacância no Conselho Fiscal	29/04/2026	Posse a ser realizada apenas em caso de vacância no Conselho Fiscal
Prazo do mandato	Até AGO de 2027	Até AGO de 2027	Até AGO de 2027	Até AGO de 2027	Até AGO de 2027	Até AGO de 2027
Eleito pelo controlador	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicada à matéria	Sim, conforme o parágrafo 2 do Art. 21 do Estatuto Social, o Anexo K da Resolução CVM nº 80/2022 e o regulamento vigente do Nível 2 da B3.	Sim, conforme o parágrafo 2 do Art. 21 do Estatuto Social, o Anexo K da Resolução CVM nº 80/2022 e o regulamento vigente do Nível 2 da B3.	Sim, conforme o parágrafo 2 do Art. 21 do Estatuto Social, o Anexo K da Resolução CVM nº 80/2022 e o regulamento vigente do Nível 2 da B3.	Sim, conforme o parágrafo 2 do Art. 21 do Estatuto Social, o Anexo K da Resolução CVM nº 80/2022 e o regulamento vigente do Nível 2 da B3.	Sim, conforme o parágrafo 2 do Art. 21 do Estatuto Social, o Anexo K da Resolução CVM nº 80/2022 e o regulamento vigente do Nível 2 da B3.	Sim, conforme o parágrafo 2 do Art. 21 do Estatuto Social, o Anexo K da Resolução CVM nº 80/2022 e o regulamento vigente do Nível 2 da B3.
Data de início do primeiro mandato	30/04/2024	30/04/2020	30/04/2015	30/04/2015	26/04/2013	30/04/2019

CANDIDATOS AO CONSELHO FISCAL INDICADOS POR MINORITÁRIOS ORDINARISTAS

Nome	Valmir Pedro Rossi (EFETIVO)	Paulo Roberto Bellentani Brandão (SUPLENTE)
Data nascimento	10/06/1961	30/11/1982
Profissão	Contador	Advogado
CPF	276.266.790-91	308.840.788-09
Cargo eletivo a que é candidato	C.F. (Efetivo) Indicado por acionistas minoritários ordinaristas	C.F. (Suplente) Indicado por acionistas minoritários ordinaristas
Data prevista p/ eleição	29/04/2026	29/04/2026
Data prevista da posse	29/04/2026	Posse a ser realizada apenas em caso de vacância no Conselho Fiscal
Prazo do mandato	Até AGO de 2027	Até AGO de 2027
Eleito pelo controlador	Não	Não
Membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicada à matéria	Sim, conforme o parágrafo 2 do Art. 21 do Estatuto Social, o Anexo K da Resolução CVM nº 80/2022 e o regulamento vigente do Nível 2 da B3.	Sim, conforme o parágrafo 2 do Art. 21 do Estatuto Social, o Anexo K da Resolução CVM nº 80/2022 e o regulamento vigente do Nível 2 da B3.
Data de início do primeiro mandato	28/04/2023	28/04/2023

CANDIDATOS AO CONSELHO FISCAL INDICADOS POR MINORITÁRIOS PREFERENCIALISTAS

Nome	Luciano Luiz Barsi (EFETIVO)	Hério Paulo S. Andriola (SUPLENTE)
Data nascimento	07/09/1969	15/09/1964
Profissão	Contador	Contador
CPF	082.430.928-62	410.353.800-72
Cargo eletivo que é candidato	C.F. (Efetivo) Indicado por acionistas minoritários preferencialistas	C.F. (Efetivo) Indicado por acionistas minoritários preferencialistas
Data prevista p/ eleição	29/04/2026	29/04/2026
Data prevista da posse	29/04/2026	29/04/2026
Prazo do mandato	Até AGO de 2027	Até AGO de 2027
Eleito pelo controlador	Não	Não
Membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicada à matéria	Sim, conforme o parágrafo 2 do Art. 21 do Estatuto Social, o Anexo K da Resolução CVM nº 80/2022 e o regulamento vigente do Nível 2 da B3.	Sim, conforme o parágrafo 2 do Art. 21 do Estatuto Social, o Anexo K da Resolução CVM nº 80/2022 e o regulamento vigente do Nível 2 da B3.
Data de início do primeiro mandato	29/04/2025	30/04/2024

I. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor

m. Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. condenação criminal; ii. Qualquer condenação em processo administrativo da CVM do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas; iii. condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

CANDIDATOS AO CONSELHO FISCAL

Indicados pela Administração

Efetivo: Alex Leite do Nascimento

Contador graduado pela Unisum, com MBA em Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria (FGV-RJ), MBA em Compliance, Auditoria e Controladoria (IBMR) e MBA em Normas IFRS e Processos Contábeis (BSSP – em curso). Com especialização em Controladoria e Auditoria, nos últimos 5 anos atua na Gestão Financeira e Controladoria de empresas do setor de Energia Renovável, com presença em seis estados e mais de 30 CNPJ's ativos, sendo o portfólio dessas empresas composto por UTE's movidas a Gás Natural ou Biogás, Comercialização de Energia Elétrica (*trading*), Geração Distribuída de energia elétrica, Produção e comercialização de Biogás, Tratamento e Comercialização de resíduos sólidos urbanos, além de suas Controladoras. Atuando como responsável pela implementação e manutenção de normas de controles internos, pela Auditoria Externa, Implementação de SGI (SAP), Gestão da equipe Contábil & Fiscal, Tesouraria e Auditoria Interna.

O Sr. Alex Leite do Nascimento declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

O Sr. Alex Leite do Nascimento não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/2021.

Suplente: Benjamin Teixeira Dourado

Economista, com mestrado em Mestrado em Ciências pelo Instituto de Pesquisas Energéticas e Nuclear – IPEN – USP e em Gestão de Negócios pelo Centro Universitário Sant'Anna, UNI-SANT'ANNA, e especialização em economia empresarial pela Universidade São Judas Tadeu. Na Ordem dos Economistas do Brasil, foi Presidente, de 2015 a 2017, e Membro do Conselho Fiscal, de 2018 a 2020. Teve dois mandatos como Conselheiro do Conselho Regional de Economia (2011/2013 e 2015/2017) e, em 2019, foi seu Presidente. Desenvolveu carreira, principalmente, no meio acadêmico, tendo sido professor de graduação ou pós-graduação em diferentes universidades, incluindo, nos últimos anos: Universidade São Judas Tadeu (2017 – 2018), Faculdade Senai Antoine Skaf (2012 – 2016), Centro Universitário Sant'Anna - UNI-SANT'ANNA (1988 – 2016), Faculdade Sant'Anna de Salto (1999 – 2016).

O Sr. Benjamin Teixeira Dourado declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

O Sr. Benjamin Teixeira Dourado não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/2021.

Efetivo: Haroldo Zago

Formado em Administração em 1976 pela Faculdade Capital (SP). A sua principal atividade dos últimos 5 anos foi como sócio-diretor na Engecer Ltda., localizada em São Carlos-SP. Já atuou nos Conselhos Fiscais de companhias como, por exemplo: Companhia Brasileira de Cartuchos e BrasilPrev.

O Sr. Haroldo Zago declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo

perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

O Sr. Haroldo Zago não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/2021.

Suplente: Heldo Jorge dos Santos Pereira Junior

Formado em Administração de Empresas – Faculdades Católica de Salvador – 1990. Formado em Direito – Faculdade Candido Mendes Centro (RJ) – 2007. Pós-Graduado em Direito Tributário – Universidade Candido Mendes Ribeiro Centro (RJ) – 2009. Desde Ago/07, sócio responsável pela área de consultoria tributária e empresarial para o escritório Pereira & Maron Advogados Associados (escritório jurídico com especialização em direito tributário e empresarial).

O Sr. Heldo Jorge dos Santos Pereira Júnior declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

O Sr. Heldo Jorge dos Santos Pereira Júnior não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/2021.

Efetivo: Mauro César Medeiros de Mello

Bacharel em Ciências Econômicas – UFRJ (1973). Diretor Financeiro do Sindicato das Corretoras e DTVM do Rio de Janeiro – 1999/2008. Membro do Conselho do Clube Americano do RJ – 2002/2003. Presidente do Clube Americano do RJ – 2004/2005. Diretor da ANDIMA (2002/2005). Membro do Comitê do SINACOR/BOVESPA – 2003. Membro do Comitê do Tesouro Direto/ BOVESPA – 2004. Conselheiro Efetivo da ANCOR – 2006/2009. Rio de Janeiro Investimentos: Diretor Acionista – junho/2009 até a presente data. Consultoria Internacional: Consultor - outubro 2007 até a presente data. Implantação em Angola da CMC-Comissão do Mercado de Capitais e da BVDA-Bolsa de Valores e Derivativos de Angola. Geração Futuro Corretora de Valores: Diretor Acionista - 2002 até outubro de 2007.

O Sr. Mauro César Medeiros de Mello declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

O Sr. Mauro César Medeiros de Mello não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/2021.

Suplente: Nildo Teixeira Freire

Formado em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e pela Asa (USA) em Business Valuation. Atuou na: Arthur Andersen – início em 1975 na função de Sócio-Diretor de Consultoria Fiscal-Financeira. De 2002, até 2010, atuou como sócio encarregado da Divisão de Consultoria Fiscal-Financeira da Deloitte Touche Tohmatsu.

O Sr. Nildo Teixeira Freire declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados e qualquer

condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

O Sr. Nildo Teixeira Freire não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/2021.

Indicados por minoritários ordinaristas

Efetivo: Valmir Pedro Rossi

Formação em Ciências Contábeis, graduado pela Universidade de Passo Fundo (RS), pós-graduação (especialização) em finanças pela Universidade de Caxias do Sul (RS), pós-graduação (especialização) em marketing pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC – RJ), MBA em administração geral pela Universidade Estadual de São Paulo (USP) e em gestão de negócios pela Universidade Nacional de Brasília (UNB). Certificações de Conselheiro de Administração e Conselheiro Fiscal pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

Já atuou como membro do Conselho de Administração ou Fiscal de empresas como Metalúrgica Gerdau S.A, Brasilprev S.A., BB Seguridade S.A., Banco Patagônia S.A. - Argentina, CSN S.A., Banco Santander Brasil S.A, Kepler Weber S.A, ETERNIT S.A e CADAM S.A. Atualmente atua na área de governança corporativa nas seguintes empresas; BANCO DO BRASIL S.A como Conselheiro de Administração Titular; RANDONCORP S.A, HIDROVIAS DO BRASIL S.A e TAURUS S.A como Conselheiro Fiscal Titular, SIMPAR S.A. como Membro do Comitê de Auditoria, e pró-bono como Conselheiro Fiscal Titular da Organização Gestora do Fundo Patrimonial da Sociedade Beneficente de Senhoras do Hospital Sírio Libanês.

O Sr. Valmir Pedro Rossi declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

O Sr. Valmir Pedro Rossi não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/2021.

Suplente: Paulo Roberto Bellentani Brandão

Advogado societário com mais de 20 anos de experiência em Direito Societário e Mercado de Capitais, atualmente sócio da Alves Ferreira & Mesquita Sociedade de Advogados. Possui sólida atuação em operações societárias complexas, reestruturações, fusões e aquisições, governança corporativa e compliance regulatório, com profundo conhecimento das normas da CVM.

Atua e atuou como membro de Conselhos Fiscais de grandes companhias abertas, como AES Brasil, CSN, Usiminas, Taurus Armas S.A., Eletrobrás, Braskem e CEMIG, contribuindo em temas estratégicos, financeiros e regulatórios. Foi membro da Comissão de Comunicação e Mercado de Capitais do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e possui pós-graduação em Estruturas e Operações Empresariais pela FGV (GV Law)

O Sr. Paulo Roberto Bellentani Brandão declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a ou Superintendência de Seguros Privados e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

O Sr. Paulo Roberto Bellentani Brandão não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/2021.

Indicados por minoritários preferencialistas

Efetivo: Luciano Luiz Barsi

Formação de bacharelado em Ciências Contábeis (FMU – 1991), com Pós-Graduação em Controladoria Empresarial Moderna (FIA – 2024). Professor Convidado do Curso de Pós-Graduação em Direção – PUC-RS. Executivo sênior com mais de 30 anos de experiência em Finanças, Controladoria e Operações em grandes multinacionais (Engenharia, Construção, Energia e Mineração). Expertise em reestruturação corporativa, governança fiscal e planejamento estratégico. Atua como Consultor Fiscal para grandes instituições financeiras e empresas de capital aberto (Banco BMG, Taurus Armas, Banco Mercantil). Histórico comprovado na redução de custos fixos em até 30% e na gestão de portfólios de contratos bilionários.

Desde 2020, é Diretor Financeiro e Administrativo (CFO) da Blossom Consultoria, liderando todas as operações financeiras, incluindo Tributação, Folha de Pagamento e Contabilidade.

Experiência em Conselhos e Consultorias: Conselheiro Fiscal da ETERNIT S.A. (maio de 2015 – outubro de 2016); Conselheiro Fiscal do Banco Mercantil do Brasil S.A. (novembro 2020 – junho 2025); Conselheiro Fiscal do Banco BMG S.A. (maio de 2025 – Presente); e, na Taurus Armas S.A., membro do Conselho de Administração (maio de 2019 – abril de 2025), Conselheiro Fiscal (maio de 2025 – Presente) e Conselheiro do Comitê de Auditoria e Riscos (janeiro 2020 – Presente).

O Sr. Luciano Luiz Barsi declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

O Sr. Luciano Luiz Barsi não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/2021

Suplente: Hério Paulo S. Andriola

Sócio da empresa Andriola e Associados desde 2002, Gerente Sênior de Consultoria Tributária na Arthur Andersen até 2002. Gerente de Auditoria na Coopers & Lybrand até 1996. Pós-graduado em Direito Tributário pela Fundação Getúlio Vargas – FGV/RS em 2003. Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade de Caxias do Sul – UCS em 1990. Foi membro do Conselho do Fiscal das seguintes empresas: Vivo Participações S.A. (2011), CTA -Continental Tobaccos Alliance S.A. (2021), Taurus Armas S.A. (2024 e 2025) e membro suplente do Conselho fiscal da Trevisa Investimentos S.A em 2024 e 2025. É consultor tributário de empresas e empresários no setor de alimentos, petroquímicos, tabaco, construção civil, varejistas e metalúrgico para tributos federais e, consultor de negócios em operações de M&A.

O Sr. Hério Paulo S. Andriola declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

O Sr. Hério Paulo S. Andriola não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/2021.

7.4. Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

Comitê de Auditoria e Risco

Nome	Luciano Luiz Barsi
Data nascimento	07/09/1969
Profissão	Contador
CPF	082.430.928-62
Cargo eletivo ocupado	Membro do Comitê (Efetivo)
Data prevista p/ eleição	29/04/2026
Data prevista p/ posse	29/04/2026
Prazo do mandato	Até AGO de 2027
Eleito pelo controlador	Sim
Membro independente	Sim, termos da Resolução CVM 80/2022, Anexo K e Resolução CVM 23/2021.
Data de início do primeiro mandato	30/04/2019

Obs. – O Sr. Luciano Luiz Barsi, candidato ao conselho fiscal, compõe o Comitê de Auditoria e Risco da Companhia. As informações relativas à experiência profissional e declaração de não condenação nos últimos 5 anos dos membros do Comitê de Auditoria e Risco constam no item 7.3 acima.

7.5 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a) administradores do emissor;

b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas diretas ou indiretas, do emissor;

c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor;

d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Inexiste relação conjugal, união estável ou grau de parentesco até o segundo grau entre os candidatos ao Conselho Fiscal com os demais administradores de qualquer empresa do Grupo Taurus, inclusive dos controladores da Companhia.

Nos termos do art. 162, §2º da Lei nº 6.404/76, não podem ser eleitos para o Conselho Fiscal, além das pessoas enumeradas nos parágrafos do artigo 147, membros de órgãos de administração e empregados da companhia ou de sociedade controlada ou do mesmo grupo, e o cônjuge ou parente, até terceiro grau, de administrador da companhia. Os candidatos acima atendem a tal requisito.

7.6 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% (noventa e nove por cento) do capital social,

b) controlador direto ou indireto do emissor

c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Os candidatos ao Conselho Fiscal indicados acima não têm relação de subordinação, prestação de serviço ou controle mantida com qualquer empresa do grupo Taurus, inclusive dos controladores da Companhia, assim como com fornecedores, clientes, devedores ou credores relevantes.

Nos termos do art. 162, §2º da Lei nº 6.404/76, não podem ser eleitos para o Conselho Fiscal, além das pessoas enumeradas nos parágrafos do artigo 147, membros de órgãos de administração e empregados da companhia

ou de sociedade controlada ou do mesmo grupo, e o cônjuge ou parente, até terceiro grau, de administrador da companhia. Os candidatos acima atendem a tal requisito.

7.7. Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções.

A Companhia possui uma apólice de seguro, com vigência no período de 21-09-2025 a 21-09-2026, cujo objeto compreende o pagamento devido a terceiros pelo segurado, em decorrência de sua condição de Diretor ou Administrador da Companhia, a título de perdas decorrentes de reclamações pela prática de qualquer ato danoso por ele praticado durante o período de vigência da apólice ou, quando expressa e contratualmente previsto, em data anterior compreendida no período de retroatividade da garantia. A apólice totaliza o limite máximo de garantia de R\$ 100.000.000,00. O valor total do prêmio do seguro, para o período mencionado, foi de R\$ 332.878,00.

Anexo E

Informações sobre a proposta de remuneração dos membros do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal, nos termos do item 8 do Formulário de Referência, previsto no Anexo C da Resolução CVM 80/2022, conforme alterada

8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A remuneração atribuída tem por escopo o reconhecimento e a retribuição aos administradores, membros da diretoria não estatutária, do conselho fiscal e dos comitês da Companhia, considerando o impacto do cargo exercido, a responsabilidade decorrente, a capacitação profissional, a competência e a reputação do dirigente, em consonância com o porte da organização e a correspondente prática de mercado. Não há uma política de remuneração formalmente aprovada.

b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Na presente data, não existem na Companhia comitês específicos que participem ou tenham como função definir a remuneração individual dos Administradores. O Conselho de Administração elabora proposta de remuneração para os próprios conselheiros e para a diretoria, considerando a remuneração em vigor, a inflação do período, a situação econômico-financeira da Companhia e o desempenho dos executivos, tendo para tal apoio de informações e dados que podem ser solicitados ao departamento de Recursos Humanos. A proposta com o valor global previsto a ser destinado para remuneração dos membros da administração no novo exercício social é apresentada para aprovação da Assembleia Geral Ordinária.

A remuneração do conselho fiscal é estabelecida nos termos da Lei nº 6.404/76 e do parágrafo 2º do Artigo 35 do Estatuto Social da Companhia, que estabelece que a remuneração de cada membro em exercício do Conselho Fiscal não poderá ser inferior a 10% (dez por cento) do que for atribuído, em média, a cada Diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

Não há remuneração específica para os membros de comitês.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

É realizada comparação com posições semelhantes no mercado, inclusive a remuneração oferecida por outras empresas onde nossos conselheiros eventualmente atuem. Considera-se a remuneração média praticada por empresas de porte similar, a complexidade das atividades necessária para o cargo e as condições da Companhia. Não há, porém, a elaboração de estudos formais ou utilização de metodologia específica para a verificação das práticas de mercado com relação a tais remunerações.

A remuneração fixa individual da Diretoria é definida no momento da admissão do administrador, variando de acordo com a formação, experiência profissional, desafios e responsabilidades do cargo, sendo reavaliada se o Conselho de Administração considerar necessário, tomando em conta a contribuição que o administrador tem prestado à Companhia.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Ainda que não exista, na presente data, uma política formal de remuneração, a adequação do modelo e dos valores definidos anualmente é avaliada anualmente pelo Conselho de Administração e, a cada Assembleia Geral Ordinária, também pelos acionistas, que deliberam sobre a proposta de remuneração dos Administradores.

c) composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

- **seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor**

A fixação da remuneração dos administradores da Companhia observa o processo previsto no Estatuto Social, sendo o montante global proposto pelo Conselho de Administração, cuja proposta é encaminhada para aprovação em Assembleia Geral Ordinária, realizada anualmente no mês de abril, valendo para o ano em curso, cabendo ao Conselho de Administração estabelecer os critérios e a metodologia para a sua distribuição entre os administradores.

O cálculo considera um estabelecimento de pró-labore que engloba honorários mensais do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, correspondentes a 12 meses por ano e outras eventuais verbas, mais a remuneração variável, benefícios e encargos do ponto de vista de ônus para o empregador. O Conselho de Administração não possui remuneração variável.

Os objetivos da política de remuneração estão atrelados às práticas e salários de mercado no que tange ao pró-labore e quanto à remuneração variável a um sistema de incentivo fundamentado em desempenho da Companhia como um todo, influenciado pelo desempenho individual.

A participação nos resultados é prevista no Estatuto Social, conforme prevê o art. 39 do Estatuto Social da Companhia, cuja redação é integralmente descrita abaixo:

“Artigo 39 - Feitas as deduções referidas no Artigo 38 supra, por deliberação do Conselho de Administração, observada a legislação societária, poderá ser destacada uma participação aos administradores, em montante equivalente a até 10% (dez por cento) dos lucros remanescentes, a qual não poderá ultrapassar a sua remuneração global anual.

Parágrafo 1º - Os administradores somente farão jus à participação nos lucros do exercício social em relação ao qual for atribuído aos acionistas o dividendo obrigatório de que trata o Parágrafo 1º do Artigo 40 deste Estatuto Social.

Parágrafo 2º - A participação atribuída aos administradores, nos termos deste Artigo, será rateada entre seus membros, por deliberação do Conselho de Administração.

Parágrafo 3º - O disposto neste artigo não se aplica à remuneração aos administradores, fixa ou variável, aprovada em plano de incentivo, estímulo ou participação, que venha a ser definida pelo Conselho de Administração, conforme orçamento de remuneração global aprovado em Assembleia Geral.”

A remuneração da Administração, incluindo Conselho de Administração e Diretoria Estatutária, varia de acordo com o montante global aprovado pela Assembleia Geral Ordinária.

Diretoria Estatutária

Remuneração Fixa: valor recebido mensalmente pelo profissional, o qual visa remunerá-lo de acordo com o nível de atribuições e responsabilidades atribuídas a posição do cargo ocupado na Companhia e é composta de 12 parcelas dentro do exercício fiscal. Inclui-se também os encargos de 20% de contribuição previdenciária.

Remuneração Variável Anual: valor recebido anualmente pelo profissional, de acordo com o resultado obtido das metas pactuadas anualmente com o Conselho de Administração. A remuneração variável da Diretoria Estatutária não poderá ultrapassar a sua remuneração global anual, conforme previsto no Art. 39 do Estatuto Social da Companhia.

Participação Estatutária: até 10% do lucro líquido anual ajustado da Companhia, conforme apurado em balanço.

Benefícios: refere-se ao conjunto de benefícios concedidos ao profissional, de acordo com a posição ocupada na Companhia. Os benefícios oferecidos pela Companhia seguem as práticas de mercado, sendo que a seus Diretores são concedidos os seguintes benefícios: plano de saúde, reembolso odontológico, seguro de vida, check-up médico, automóvel ou auxílio combustível.

Conselho de Administração

Remuneração 100% Fixa: valor recebido mensalmente pelos membros do Conselho de Administração, o qual visa remunerá-los de acordo as práticas de mercado. Inclui-se também os encargos de 20% de contribuição previdenciária.

Conselho Fiscal

Remuneração 100% Fixa: valor recebido mensalmente pelos membros do Conselho Fiscal, que visa remunerá-los de acordo com as práticas de mercado e da legislação vigente. Esta remuneração equivale à no mínimo 10% da remuneração média dos diretores estatutários.

Comitês Estatutários de Assessoramento ao Conselho de Administração

A Companhia possui Comitê de Auditoria e Riscos estatutário.

Os participantes do Comitê que são membros do Conselho de Administração ou da Companhia não são remunerados. Os especialistas externos são contratados mediante contrato de prestação de serviços quando aplicável, não havendo atualmente, nenhum especialista contratado para compor os comitês.

- ***sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais***

Para fins de cálculo da proporção de cada elemento, foram considerados os valores de pró-labore, mais remuneração variável, mais benefícios.

Taurus Realizado 2025

Órgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Remuneração Total
Conselho de Administração	100,0%	0	0	100,0%
Conselho Fiscal	100,0%	0	0	100,0%
Diretoria Estatutária	46,86%	50,77%	2,36%	100,0%

Taurus Realizado 2024

Órgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Remuneração Total
Conselho de Administração	100,0%	0	0	100,0%
Conselho Fiscal	100,0%	0	0	100,0%
Diretoria Estatutária	45,88%	51,84%	2,28%	100,0%

Taurus Realizado 2023

Órgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Remuneração Total
Conselho de Administração	100,0%	0	0	100,0%
Conselho Fiscal	100,0%	0	0	100,0%
Diretoria Estatutária	49,60%	48,34%	2,06%	100,0%

- metodologia de cálculo e de reajuste**

A remuneração dos Administradores é atrelada à evolução dos índices de inflação nacionais, em especial o INPC, podendo, a critério do Conselho de Administração, não ser deliberado qualquer reajuste, dependendo das condições de mercado e do desempenho da Companhia. A remuneração estabelecida para os administradores segue as práticas e tendências de mercado, obtida através de pesquisas realizadas por consultoria especializada.

A remuneração fixa é baseada na mediana de mercado, podendo ser reajustada pela reposição da inflação ou de acordo com a variação da mediana no mercado.

A remuneração variável é baseada no conceito de metas, as quais são definidas previamente, existindo um “target” (premiação alvo) a ser atingida, levando em consideração o nível ocupado por cada profissional. No fechamento do exercício do ano, é avaliado o atingimento das metas.

- principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

Os valores de remuneração variável pagos aos diretores são avaliados anualmente por meio de indicadores do desempenho que compreendem o alcance de metas operacionais e financeiras específicas para o exercício social, além do conceito de liderança.

ii. razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração do Conselho de Administração não inclui parcela variável e é fixada anualmente na Assembleia Geral Ordinária, em linha com a remuneração média de mercado para empresas de porte semelhante à Taurus, considerando ainda a situação econômico-financeira da Companhia. A remuneração da Diretoria Executiva é proposta pelo Conselho de Administração e a previsão do montante total a ser pago no exercício, aprovado em Assembleia. A remuneração dos diretores é baseada na comprovada capacidade técnica necessária para a melhor condução dos negócios, considerando parcela de remuneração fixa e parcela variável, com base no princípio da meritocracia, que visa a recompensar a dedicação e efetividade do trabalho dos executivos para atingir o desempenho esperado nos negócios. A remuneração do Conselho Fiscal segue os parâmetros estabelecidos na Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76).

iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Todos os membros da Administração são remunerados pela Companhia. Os Comitês de assessoramento ao Conselho de Administração são compostos por Conselheiros e/ou Diretores que não recebem remuneração adicional pela sua participação no órgão.

d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há remuneração dos membros da Administração suportada por controladas ou controladores diretos ou indiretos.

e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado a evento societário.

8.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

Os valores de remuneração informados a seguir são líquidos de INSS ônus do empregador, conforme entendimento do Colegiado da CVM em reunião realizada em 08.12.2020 (Processo nº 19957.007457/2018-10).

PREVISTO 2026	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	5	4	5	14
Nº de membros remunerados	5	4	5	14
Remuneração fixa anual				
Salário e pró-labore	1.054.026,71	6.141.560,10	768.838,76	7.964.425,57
Benefícios direto e indireto		370.655,62		370.655,62
Participação em Comitês				0
Outros				0
Remuneração variável				
Bônus				0
Participação nos resultados		7.251.854,40		7.251.854,40
Participação em reuniões				0
Comissões				0
Outros				0
Pós-emprego				0
Cessação do cargo				0
Baseada em ações, incluindo opções		1.680.071,72		1.680.071,72
Total Remuneração	1.054.026,71	15.444.141,84	768.838,76	17.267.007,32

REALIZADO 2025	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	5,33	4	5	14,33
Nº de membros remunerados	5,33	4	5	14,33
Remuneração fixa anual				
Salário e pró-labore	1.025.286,24	5.846.400,00	744.522,00	7.616.208,24
Benefícios direto e indireto		294.784,24		294.784,24
Participação em Comitês				0
Outros				0
Remuneração variável				
Bônus				0
Participação nos resultados		4.205.253,32		4.205.253,32
Participação em reuniões				0
Comissões				0
Outros				0
Pós-emprego				0
Cessação do cargo				0
Baseada em ações, incluindo opções		2.128.937,93		2.128.937,93
Total Remuneração	1.025.286,24	12.475.375,49	744.522,00	14.245.183,73

REALIZADO 2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	6,00	4,00	4,33	14,33
Nº de membros remunerados	6,00	4,00	4,33	14,33
Remuneração fixa anual				
Salário e pró-labore	1.044.000,00	5.580.645,00	645.252,40	7.269.897,40
Benefícios direto e indireto		277.257,84		277.257,84
Participação em Comitês				0,00
Outros				0,00
Remuneração variável				
Bônus				0,00
Participação nos resultados				0,00
Participação em reuniões				0,00
Comissões				0,00
Outros				
Pós-emprego				0,00
Cessação do cargo				0,00
Baseada em ações, incluindo opções		6.306.427,59		6.306.427,59
Total Remuneração	1.044.000,00	12.164.330,43	645.252,40	13.853.582,83

REALIZADO 2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	6,00	3,83	3,00	12,83
Nº de membros remunerados	6,00	3,83	3,00	12,83
Remuneração fixa anual				
Salário e pró-labore	1.044.000,00	5.258.922,67	446.713,20	6.749.635,87
Benefícios direto e indireto		218.791,32		218.791,32
Participação em Comitês	–	–	–	0,00
Outros	–	–	–	0,00
Remuneração variável				
Bônus				0,00
Participação nos resultados		5.125.073,16		5.125.073,16
Participação em reuniões				0,00
Comissões				0,00
Outros				0,00
Descrição de outras remunerações fixas				0,00
Pós emprego				0,00
Cessação do cargo		0,00		0,00
Baseada em ações, incluindo opções				
Total Remuneração	1.044.000,00	10.602.787,15	446.713,20	12.093.500,35

8.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal.

PREVISTO 2026	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5	4	5	14
Nº de membros remunerados	0	4	0	4
Esclarecimentos	Não é previsto o pagamento de qualquer tipo de remuneração variável aos membros do Conselho de Administração		Não é previsto o pagamento de qualquer tipo de remuneração variável para os membros do Conselho Fiscal	
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração				
Valor máximo previsto no plano de remuneração				
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas				
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social				
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração				
Valor máximo previsto no plano de remuneração				
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0	7.029.380,40	0	7.029.380,40
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	0	0

REALIZADO 2025	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,33	4	5	14,25
Nº de membros remunerados	0,00	4	0,00	4
Esclarecimentos	Os membros do Conselho de Administração não possuem remuneração variável em função dos cargos ocupados.		Os membros do Conselho Fiscal não possuem remuneração variável em função dos cargos ocupados.	
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração				0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração				0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas				0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social				0,00
Participação nos resultados				

Valor mínimo previsto no plano de remuneração				0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração				0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	–	6.681.802,05	–	6.681.802,05
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	–	4.205.253,32	–	4.205.253,32

REALIZADO 2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6	4	5	14,33
Nº de membros remunerados	00	4	00	4
Esclarecimentos	Os membros do Conselho de Administração não possuem remuneração variável em função dos cargos ocupados.	Não houve pagamento de bônus ou participação nos resultados para a diretoria estatutária no exercício de 2024. Os diretores estatutários receberam remuneração variável exclusivamente na forma de ações ("Plano de Stock Grant")	Os membros do Conselho Fiscal não possuem remuneração variável em função dos cargos ocupados.	
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0	0	0	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	0	0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0	6.974.305,00	0	6.974.305,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	0	0

REALIZADO 2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6,00	3,83	3,00	12,83
Nº de membros remunerados	0	3,83	0	3,83
Esclarecimentos	Os membros do Conselho de Administração não possuem remuneração variável em função dos cargos ocupados.		Os membros do Conselho Fiscal não possuem remuneração variável em função dos cargos ocupados.	
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração				
Valor máximo previsto no plano de remuneração				
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas				
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social				
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração				
Valor máximo previsto no plano de remuneração				
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0	6.974.305,00	0	6.974.305,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	5.125.073,16	0	5.125.073,16

8.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente.

a) termos e condições gerais

Plano de Stock Grant aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária de 28 de abril de 2023 em substituição ao Plano de Opção e Primeiro Programa do Plano de Stock Grant:

A Companhia possuía um Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações (“Plano de Opção”), aprovado pela assembleia geral ordinária e extraordinária realizada em 26 de abril de 2021 e aditado pela assembleia geral ordinária e extraordinária realizada em 19 de abril de 2022, que foi substituído pelo Plano de Remuneração Baseado em Ações (“Plano de Stock Grant”).

A administração da Companhia aprovou a substituição do Plano de Opção pelo Plano de Stock Grant, na assembleia geral extraordinária e ordinária realizada em 28 de abril de 2023. O Plano de Stock Grant é baseado no conceito de outorga gratuita de ações (*stock grant*), por meio do qual é concedido, pela Companhia aos administradores, diretores ou outros ocupantes de cargos estratégicos da Companhia ou de suas controladas, um direito de receber ações de emissão da Companhia mantidas em tesouraria a prazos pré-definidos (períodos do recebimento), de forma gratuita.

Caberá ao Conselho de Administração da Companhia, sempre que julgar conveniente, aprovar a outorga de

direito de receber ações, elegendo, dentre os colaboradores elegíveis, os participantes em favor dos quais a Companhia outorgará direitos de receber ações, nos termos do Plano de Stock Grant.

De acordo com o Plano de Stock Grant, o Conselho de Administração, obedecidas as disposições, objetivos e limites do Plano de Stock Grant, é o órgão competente para determinar as condições específicas aplicáveis aos direitos de receber ações que venham a ser outorgados no âmbito do Plano de Stock Grant, devendo cada Programa definir: (a) os colaboradores elegíveis a receber os direitos de receber ações do Plano de Stock Grant em particular, (b) a espécie e o número de ações objeto de cada outorga de direitos de receber ações, (c) o prazo de carência, (d) as regras aplicáveis aos casos de desligamento, aposentadoria, falecimento ou invalidez permanente de participantes, (e) as normas sobre transferência de direitos de receber ações e as restrições às ações recebidas em decorrência do direito de receber ações, (f) as eventuais penalidades pelo descumprimento de obrigações, (g) as condições relativas aos direitos de receber ações e à entrega das ações correspondentes, e (h) quaisquer outros termos e condições que não sejam contrários ao previsto no Plano de Stock Grant.

São elegíveis para participar do Plano de Stock Grant os administradores, diretores ou outros ocupantes de cargos estratégicos da Companhia ou de suas controladas, atuais ou que vierem a ser empossados em umas das referidas funções, sendo certo, no entanto, que a efetiva eleição dos participantes caberá ao Conselho de Administração da Companhia.

A participação de um administrador, diretores ou outros ocupantes de cargos estratégicos da Companhia ou de suas Controladas no Programa lhe garante o direito de recebimento de ações.

Nenhuma disposição do Plano de Stock Grant, do Programa ou do contrato de ações conferirá a qualquer participante o direito de permanecer em qualquer cargo da Companhia, ou outra sociedade sob o seu controle, conforme aplicável, nem interferirá, de qualquer modo, no direito da Companhia ou suas controladas, a qualquer tempo e sujeito às condições legais e contratuais, rescindir o contrato de trabalho do participante do plano ou de qualquer forma promover o seu desligamento.

O Primeiro Programa do Plano de Stock Grant ("Primeiro Programa") foi elaborado com base nas regras e condições gerais do Plano de Stock Grant. O Primeiro Programa estabeleceu a outorga do direito de receber ações aos participantes eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia. O Primeiro Programa conforme aditado estabeleceu os prazos de carência do direito de receber ações, sendo que a primeira entrega de ações ocorreu em 28 de abril de 2024, e a última ocorrerá em 31 de março de 2030.

Observadas as regras da CVM, caso esteja em vigor qualquer período de vedação à negociação com valores mobiliários de emissão da Companhia que impeça a transferência das ações aos participantes, os termos previstos no Primeiro Programa para a entrega das ações será interrompido até que a negociação seja permitida.

b) data de aprovação e órgão responsável

Plano de Stock Grant e Primeiro Programa:

O Plano de Stock Grant foi aprovado pela assembleia geral extraordinária e ordinária do dia 28 de abril de 2023, substituindo o Plano de Opção.

O Primeiro Programa foi aprovado pelo Conselho de Administração em 21/06/2023 e posteriormente aditado em 09 de maio de 2024 e em 23 de abril de 2025.

c) número máximo de ações abrangidas

Plano de Stock Grant e Primeiro Programa:

O número máximo de ações a serem concedidas aos Participantes no âmbito do Plano de Stock Grant, que substituiu o Plano de Opção, não poderá exceder 2.574.480 (dois milhões quinhentos e setenta e quatro mil quatrocentos e oitenta) ações.

O Primeiro Programa, conforme aditado, estabelece que os direitos de receber ações outorgados no âmbito do programa poderão ensejar a entrega de até 2.011.600 (dois milhões, e onze mil e seiscentos) ações preferenciais.

Na assembleia geral extraordinária realizada em 29/04/2025, foi aprovado aumento de capital social mediante a capitalização de parte do saldo da conta de Reserva Estatutária (prevista no art. 41 do Estatuto Social), na forma do art. 169 da lei nº 6.404/76, no montante de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), com emissão de novas ações, na proporção de 1 (uma) para cada 10 (dez) ações da mesma espécie.

d) número máximo de opções a serem outorgadas

Plano de Stock Grant e Primeiro Programa:

O Plano de Stock Grant não envolve opções. O número máximo de direitos de receber ações a serem outorgados aos participantes não poderá exceder a quantidade máxima de ações abrangidas pelo Plano de Stock Grant, conforme descrito no item 8.4.c acima, podendo os direitos de receber ações outorgados ter por objeto uma ou mais espécies de ações. Na hipótese de cancelamento, de extinção ou, ainda, de exercício parcial de qualquer direito de receber ações outorgado pela Companhia, a ação que seria adquirida ou subscrita em decorrência do exercício de tal direito será adicionada novamente ao *pool* de ações disponíveis e poderão ser objeto de nova(s) outorga(s) de direito de receber ações, desde que sempre observado o número máximo de ações que podem ser adquiridas no âmbito do Plano de Stock Grant e os demais procedimentos previstos no Plano de Stock Grant.

De acordo com o Primeiro Programa, o número máximo de direitos de receber ações outorgados aos participantes não poderá exceder a quantidade máxima de ações abrangidas pelo Primeiro Programa, conforme descrito no item 8.4.c acima.

e) condições de aquisição de ações

Plano de Stock Grant e Primeiro Programa:

De acordo com o Plano de Stock Grant aprovado pela assembleia geral extraordinária e ordinária de 28 de abril de 2023, caberá ao Conselho de Administração da Companhia, sempre que julgar conveniente, aprovar a outorga de direito de receber ações, elegendo, dentre os colaboradores elegíveis, os participantes em favor dos quais a companhia outorgará direitos de receber ações, nos termos do Plano de Stock Grant.

O Conselho de Administração, obedecidas as disposições, objetivos e limites do Plano de Stock Grant, é competente para determinar as condições específicas aplicáveis aos direitos de receber ações que venham a ser outorgados no âmbito do Plano de Stock Grant, devendo cada Programa definir: (a) os colaboradores elegíveis a receber os direitos de receber ações do Plano de Stock Grant em particular, (b) a espécie e o número de ações objeto de cada outorga de direitos de receber ações, (c) o prazo de carência, (d) as regras aplicáveis aos casos de desligamento, aposentadoria, falecimento ou invalidez permanente de participantes, (e) as normas sobre transferência de direitos de receber ações e as restrições às ações recebidas em decorrência do direito de receber ações, (f) as eventuais penalidades pelo descumprimento de obrigações, (g) as condições relativas aos direitos de receber ações e à entrega das ações correspondentes, e (h) quaisquer outros termos e condições que não sejam contrários ao previsto no Plano de Stock Grant.

De acordo com o Primeiro Programa, conforme aditado, os Participantes deverão observar os prazos de carência previstos para o recebimento das ações outorgadas. Além disso, os participantes devem observar as regras sobre hipóteses de desligamento, conforme descritas no item k abaixo.

f) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Plano de Stock Grant e Primeiro Programa:

Não aplicável, tendo em vista que os direitos de receber ações e as respectivas ações são outorgados ou entregues de forma gratuita.

g) critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

Plano de Stock Grant e Primeiro Programa:

No Plano de Stock Grant aprovado pela assembleia geral extraordinária e ordinária de 28 de abril de 2023, os

direitos de receber ações podem estar sujeitos a prazos diferenciados, bem como a termos e condições específicos, tais como, a permanência do participante durante determinado período no desempenho de cargos/funções da Companhia, a observância de períodos de indisponibilidade da negociação de ações e o atendimento de requisitos materiais mínimos e/ou metas de performance eventualmente estabelecidas pelo Conselho de Administração, no âmbito de cada Programa.

O Primeiro Programa e seus aditivos estabelece que os prazos para recebimento das ações é de até 15 dias após as respectivas datas de vencimento do prazo de carência, as quais são 28 de abril de 2024, 31 de março e 09 de maio de 2025, 23 de abril de 2026, 31 de março de 2027, 31 de março de 2028, 30 de março de 2029 e 31 de março de 2030.

Observadas as regras da CVM, caso esteja em vigor qualquer período de vedação à negociação com valores mobiliários de emissão da Companhia que impeça a transferência das ações aos participantes, o termo previstos será interrompido até que a negociação seja permitida.

h) forma de liquidação

Plano de Stock Grant e Primeiro Programa:

Entrega gratuita de ações mantidas em tesouraria.

i) restrições à transferência das ações

Plano de Stock Grant e Primeiro Programa:

No Plano de Stock Grant aprovado pela assembleia geral extraordinária e ordinária de 28 de abril de 2023, sem prejuízo dos demais termos e condições estabelecidos nos respectivos Contratos de Outorga de Direito de Receber Ações, os direitos de receber ações são pessoais e intransferíveis, salvo nas hipóteses definidas pelo Conselho de Administração nos respectivos Programas. Além disso, em cada Programa, a critério do Conselho de Administração, podem ser previstas restrições às ações recebidas em decorrência do direito de receber ações.

O Primeiro Programa do Plano de Stock Grant não estabelece nenhuma restrição à transferência das ações a serem recebidas pelos participantes.

j) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Plano de Stock Grant e Primeiro Programa:

O Plano de Stock Grant aprovado pela assembleia geral extraordinária e ordinária de 28 de abril de 2023 tem vigência de 7 (sete) anos, mas poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral.

Qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas e/ou aos efeitos fiscais de um plano de opções de compra, poderá levar à revisão total ou parcial do Plano de Stock Grant.

k) efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Plano de Stock Grant e Primeiro Programa:

O Conselho de Administração criará, no âmbito de cada Programa, as regras aplicáveis aos casos de desligamento, aposentadoria, falecimento ou invalidez permanente de Participantes, podendo, a seu exclusivo critério, sempre que julgar que os interesses sociais serão mais bem atendidos por tal medida, conferir tratamento diferenciado e mais benéfico a determinado participante.

O Primeiro Programa do Plano de Stock Grant estabelece os seguintes efeitos:

a) No caso de renúncia ou de desligamento por justa causa do participante, os direitos de receber ações que não tenham sido convertidos em ações até a data de desligamento, observados os prazos de carência dos direitos de receber ações, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização;

b) No caso de desligamento do participante por iniciativa da companhia ou de suas controladas e sem justa causa, o contrato de outorga de direito de receber ações será aditado para conferir ao participante os direitos de receber ações proporcionalmente ao período em que o participante efetivamente exerceu o respectivo cargo em comparação com o período total deste programa, observadas as disposições do instrumento firmado pela companhia e pelo participante no momento do desligamento do participante por iniciativa da companhia e sem justa causa;

c) Em caso de falecimento ou invalidez permanente do participante, que o incapacite ao exercício de seu mandato como administrador, diretor ou outro ocupante de cargo estratégico da companhia ou de suas controladas em definitivo, o direito de receber ações será transmitido proporcionalmente aos herdeiros e sucessores legais do participante, nos termos deste programa e do contrato de outorga de direito de receber ações celebrado com este participante; e

d) Não obstante os eventos mencionados acima, o Conselho de Administração, poderá, a seu exclusivo critério, sempre que julgar que os interesses sociais serão mais bem atendidos por tal medida, deixar de observar as regras estipuladas, conferindo tratamento mais benéfico a determinado participante.

8.5 – Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente - 2026	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5	4
Nº total de membros remunerados	0	4
Diluição potencial no caso de exercício de todas as opções outorgadas		
Esclarecimentos	Os membros do Conselho de Administração não possuem remuneração baseada em ações em função do cargo ocupado	Não há previsão para o pagamento de remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra para a Diretoria no exercício de 2026.
Preço médio ponderado do exercício dos seguintes grupos de opções:		
(i) Em aberto no início do exercício social		
(ii) Perdidas e expiradas durante o exercício social		
(iii) Exercidas durante o exercício social		

Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31/12/2025	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,33	4
Nº total de membros remunerados	0	4
Diluição potencial no caso de exercício de todas as opções outorgadas	0	0
Esclarecimentos	Os membros do Conselho de Administração não possuem remuneração baseada em ações em função do cargo ocupado	Não houve pagamento de remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra para a Diretoria no exercício de 2025.

Preço médio ponderado do exercício dos seguintes grupos de opções		
(i) Em aberto no início do exercício social	0	0
(ii) Perdas e expiradas durante o exercício social	0	0
(iii) Exercidas durante o exercício social	0	0

Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31/12/2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	6	4
Nº total de membros remunerados		4
Diluição potencial no caso de exercício de todas as opções outorgadas		
Esclarecimentos	Os membros do Conselho de Administração não possuem remuneração baseada em ações em função do cargo ocupado	Não houve outorga de opções para o exercício social de 2024, tendo em vista que o Plano de Opção foi substituído pelo Plano de Stock Grant em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária de 28 de abril de 2023.
Preço médio ponderado do exercício dos seguintes grupos de opções		
(i) Em aberto no início do exercício social		
(ii) Perdas e expiradas durante o exercício social		
(iii) Exercidas durante o exercício social		

Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31/12/2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	6	3,83
Nº total de membros remunerados	0	3,83
Diluição potencial no caso de exercício de todas as opções outorgadas	0	0,450%
Esclarecimentos	Os membros do Conselho de Administração não possuem remuneração baseada em ações em função do cargo ocupado	
Preço médio ponderado do exercício dos seguintes grupos de opções		
(i) Em aberto no início do exercício social	0	R\$ 13,41
(ii) Perdas e expiradas durante o exercício social*	0	0
(iii) Exercidas durante o exercício social	0	0

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a) órgão; b) número total de membros; c) número de membros remunerados; d) data de outorga; e) quantidade de opções outorgadas; f) prazo para que as opções se tornem exercíveis; g) prazo máximo para exercício das opções; h) prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções; i) valor justo das opções na data da outorga; j) multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga.

Não há previsão de outorga de opções para o exercício social de 2026, bem como não houve outorga de opções nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025, 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023. O Plano de Opção foi substituído pelo Plano de Stock Grant em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária de 28 de abril de 2023.

8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não havia opções em aberto no final do exercício social encerrado em 31.12.2025, tendo em vista que o Plano de Opção foi substituído pelo Plano de Stock Grant na Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária de 28 de abril de 2023.

8.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a) órgão; b) número total de membros; c) número de membros remunerados; d) número de ações; e) preço médio ponderado de exercício; f) preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas; g) multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas

Não se aplica, pois, nos últimos três exercícios sociais não houve opções exercidas ou ações entregues.

8.9 Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Exercício social corrente – previsão 2026	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5	4
Nº total de membros remunerados		4
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários		

Exercício social encerrado em 31/12/2025	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,33	4
Nº total de membros remunerados	0	4
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	0	0

Exercício social encerrado em 31/12/2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	6	4
Nº total de membros remunerados	0	4
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários*	0	0

Exercício social encerrado em 31/12/2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	6	3,83
Nº total de membros remunerados	0	3,83
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários*	0	0

Obs. Como as ações que farão frente ao Plano de Stock Grant estão em tesouraria, não há necessidade de emissão de novas ações pela Companhia e, portanto, não há diluição potencial.

8.10. Em relação a cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não há previsão de nova outorga para 2026. Não houve outorga de ações no ano de 2024. Não havia plano de remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, no exercício de 2022.

Previsão - exercício social a se encerrar em 31/12/2026	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5	4
Nº total de membros remunerados	0	0
Data de outorga		
Quantidade de ações outorgadas		
Prazo máximo para entrega das ações		
Prazo de restrição à transferência das ações		
Valor justo das ações na data da outorga		
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga		

Exercício social encerrado em 31/12/2025	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,33	4
Nº total de membros remunerados	0	4
Data de outorga	–	–
Quantidade de ações outorgadas	–	–
Prazo máximo para entrega das ações	–	–
Prazo de restrição à transferência das ações	–	–
Valor justo das ações na data da outorga	–	–
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	–	–

Exercício social encerrado em 31/12/2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	6	3,83
Nº total de membros remunerados	0	3,83
Data de outorga	–	Abril de 2023
Quantidade de ações outorgadas	–	1.880.000
Prazo máximo para entrega das ações	–	Abril/2023
Prazo de restrição à transferência das ações	–	Sem restrição
Valor justo das ações na data da outorga	–	R\$ 11,40
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	–	R\$ 21.432.000,00
OBS: Trata-se do Plano de Stock Options extinto em :28/04/2023		

Exercício social encerrado em 31/12/2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	6	3,83
Nº total de membros remunerados	0	3,83
Data de outorga	–	Abril de 2023
Quantidade de ações outorgadas	–	1.880.000
Prazo máximo para entrega das ações	–	Abril/2023
Prazo de restrição à transferência das ações	–	Sem restrição
Valor justo das ações na data da outorga	–	R\$ 11,40
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	–	R\$ 21.432.000,00
OBS: Trata-se do Plano de Stock Options extinto em :28/04/2023		

8.11. Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Exercício social encerrado em 31/12/2025	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,33	4
Nº total de membros remunerados	0	4
Número de ações	0	188.000
Preço médio ponderado de aquisição	0	R\$ 14,54
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0	R\$ 14,54
Prazo de restrição à transferência das ações	0	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0	
Esclarecimento	Os membros do Conselho de Administração não possuem remuneração baseada em ações em função dos cargos ocupados.	

Exercício social encerrado em 31/12/2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	6	4
Nº total de membros remunerados	0	4
Número de ações	0	376.000
Preço médio ponderado de aquisição	0	R\$ 14,73
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0	R\$ 14,73
Prazo de restrição à transferência das ações	0	0
Multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0	0
Esclarecimento	Os membros do Conselho de Administração não possuem remuneração baseada em ações em função dos cargos ocupados.	

Exercício social encerrado em 31/12/2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	6	3,83
Nº total de membros remunerados	0	0
Número de ações	0	0
Preço médio ponderado de aquisição	0	0
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0	0
Prazo de restrição à transferência das ações	0	0
Multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0	0
Esclarecimento	Os membros do Conselho de Administração não possuem remuneração baseada em ações em função dos cargos ocupados.	Não se aplica, pois não houve entrega de ações no exercício social de 2023.

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

a) modelo de precificação

O modelo de precificação utilizado para a mensuração do valor das opções outorgadas é o Black, Scholes & Merton.

Para as ações, foi utilizado o preço de mercado das ações na data da outorga.

b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Dados aplicáveis ao Plano de Opção:

	1/04/2023	1/04/2025	1/04/2027	1/04/2029	Total/ Média
Preço médio ponderado (R\$/ação)	24,14	24,14	24,14	24,14	24,14
Preço de exercício na data base (R\$/ação)	20,82	20,82	20,82	20,82	20,82
Vida opção até exercício (anos)	2,01	4,01	6,01	8,01	4,96
Volatilidade (% a.a.)	70,90%	88,20%	101,89%	99,36%	89,78%
Taxa de dividendo (% a.a.)	0,00%	2,78%	4,03%	4,76%	2,85%
Taxa livre de risco (% a.a.)	6,50%	7,77%	8,31%	8,61%	7,78%

Dados aplicáveis ao Plano de Outorga de Direitos de Receber Ações:

	04/2024	03/2025	03/2026	03/2027	03/2028	03/2029	Total/ Média
Valor unitário da ação na data base (R\$/ação)	11,40	11,40	11,40	11,40	11,40	11,40	11,40

c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não há opção de exercício antecipado no Plano de Opção e no Plano de Outorga de Direitos de Receber Ações.

d) forma de determinação da volatilidade esperada

Dados aplicáveis ao Plano de Opção: a volatilidade de TASA3 (ações ON) e TASA4 (ações PN) foi obtida diretamente no sistema Economática. No entanto, TASA3 tem um histórico de negociação limitado e liquidez diária muito mais baixa que TASA4. Em razão disso, o histórico de volatilidade de TASA3 está disponível somente para até três anos. Dado que as cotações das duas espécies são fortemente correlacionadas, optou-se por usar a volatilidade de TASA4 para ambas as espécies.

e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não se aplica.

8.13. Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal agrupados por órgão.

Posição em 31 de dezembro de 2025:

Órgão	Emissor dos Valores Mobiliários	Quantidade		Total
		TASA3 ON	TASA4 PN	
Conselho de Administração	Taurus Armas S.A.	0	514.910	514.910
Diretoria	Taurus Armas S.A.	6.380	1.072.940	1.079.320
Conselho Fiscal	Taurus Armas S.A.	0	0	0

8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, incluir as seguintes informações:

Não se aplica, pois a Companhia não oferece planos de previdência aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários.

8.15. Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, para os 3 últimos exercícios sociais,

Remuneração Anual	Diretoria Estatutária		
	2025	2024	2023
Número de Membros	4	4	3,83
Número de Membros remunerados	4	4	3,83
Valor da maior remuneração (R\$)	6.902.095,55	6.898.582,66	6.281.129,47
Valor da menor remuneração (R\$)	1.636.682,04	1.443.911,53	727.802,21
Valor médio da remuneração (R\$)	3.118.843,87	3.041.082,61	2.768.351,74
Remuneração total (item 8.2)	12.475.375,49	12.164.330,43	10.602.787,15
No exercício de 2023, foi excluído para cálculo da média um diretor que permaneceu na diretoria estatutária pelo período de 10 meses do exercício, uma vez que foi nomeado no início de março/2023.			

Remuneração Anual	Conselho de Administração		
	2025	2024	2023
Número de Membros	5,33	6	6
Número de Membros remunerados	5,33	6	6
Valor da maior remuneração (R\$)	302.402,88	300.000,00	300.000,00
Valor da menor remuneração (R\$)	124.161,12	120.000,00	120.000,00
Valor médio da remuneração (R\$)	192.361,40	174.000,00	174.000,00
Remuneração total (item 8.2)	1.025.286,24	1.044.000,00	1.044.000,00
No exercício de 2025, foi excluído para cálculo da média um conselheiro que permaneceu no Conselho de Administração pelo período de 4 meses no exercício, uma vez que saiu do Conselho no final de abril/2025.			

Remuneração Anual	Conselho Fiscal		
	2025	2024	2023
Número de Membros	5	4,33	3
Número de Membros remunerados	5	4,33	3
Valor da maior remuneração (R\$)	148.904,40	148.904,40	148.904,40
Valor da menor remuneração (R\$)	148.904,40	148.904,40	148.904,40
Valor médio da remuneração (R\$)	148.904,40	149.019,03	148.904,40
Remuneração total (item 8.2)	744.522,00	645.252,40	446.713,20

8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria indicando quais as consequências financeiras para a Companhia.

A Companhia possui mecanismos de remuneração e indenização para diretores estatutários caso sejam destituídos dos seus cargos, conforme previsto em contrato individual de cada membro.

8.17. Em relação aos três últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Exercício	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Previsão 2026	0%	0%	0%
2025	0%	0%	0%
2024	0%	0%	0%
2023	0%	0%	0%

8.18. Em relação aos três últimos exercícios e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não se aplica, pois os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria não receberam outra remuneração além daquela referente aos cargos que ocupam na Companhia nos três últimos exercícios e não há previsão para receberem no exercício de 2026.

8.19. Em relação aos três últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Não se aplica, pois não houve valores reconhecidos no resultado de controladores diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum ou de controladas da Companhia, como remuneração de membros dos órgãos da administração da Companhia nos últimos três exercícios, assim como não há previsão para tal no exercício de 2026.

8.20. Outras informações julgadas relevantes

Não há outras informações relevantes além das já apresentadas nesta seção 8.